

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 004/2021 - SMU**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 9.049/2021**

**AVISO**

Encontra-se aberta, na Secretaria de Transformação Digital e Administrativa/Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONCORRÊNCIA, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, com a finalidade de selecionar propostas para **a Concessão para administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias**, regida pela Lei Federal nº 8987/1995, subsidiariamente pela Lei n. 8.666/93, suas alterações posteriores, pela Lei Municipal nº. 11349/2007 e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 14 (quatorze) de outubro de 2021, às 9h30 (nove e trinta) horas**, no Auditório Térreo, situada à Av. Brasil, 2001/térreo, quando os interessados deverão apresentar os envelopes **nº 01** - Documentos de Habilitação, **nº 02** - Proposta Técnica e **nº 03** - Proposta de Preços a comissão licitante, em acordo com as exigências do Edital.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na subsecretaria, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras\\_modalidades/2021/index.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/outras_modalidades/2021/index.php). O edital poderá ainda ser solicitado através do link <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>. Quaisquer dúvidas poderão ser protocoladas, assim como serão respondidas através do referido link do Plataforma Ágil.

Juiz de Fora, 24 de agosto de 2021.

Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 004/2021 – SMU**  
**PROCESSO ELETRÔNICO nº 9.049/2021**

A Prefeitura de Juiz de Fora, através da Secretaria de Transformação Digital e Administrativa/Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, informa a todos os interessados, que dará início no dia e hora divulgados no Aviso deste Edital no Auditório Térreo, situada à Av. Brasil, 2001/térreo, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, ao procedimento licitatório **CONCORRÊNCIA nº 004/2021**, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, regida pela Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 2006, Lei nº 12.211/2011, se for o caso, e pelas demais condições fixadas no Edital, às quais os interessados devem submeter-se sem quaisquer restrições.

**1. DO OBJETO, DAS ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**1.1. DO OBJETO**

**1.1.1.** Constitui objeto desta licitação a **Concessão para administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias**, conforme especificações constantes dos Anexos integrantes deste Edital, especialmente o **Anexo I - Projeto Básico**.

**1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

**1.2.1.** A presente concessão tem como objeto a administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias, compreendendo ainda a gestão de toda a área contida na poligonal (**Anexo I.IB**), de propriedade do município de Juiz de Fora, com dimensão total de aproximadamente 352.451,00 m<sup>2</sup>, situado à Avenida Prefeito Melo Reis, sem número, abrangendo a gestão de:

**1.2.1.1. Terminal de Passageiros - TPS**, com 233 m<sup>2</sup>, contendo estrutura para cantina, banheiros acessíveis, sala de embarque, sala de desembarque, saguão principal;

**1.2.1.2. Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Telecomunicações Aeronáuticas - EPTA**, aprox. 150 m<sup>2</sup>;

**1.2.1.3. Casa de Força**, com conjunto gerador, farol luminoso rotativo, auxílio visual PAPI, balizamento de pista e iluminação de pátio, com todas suas estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais;

**1.2.1.4. Hangar com banheiros e sala**, com aprox. 120 m<sup>2</sup>;

**1.2.1.5. Posto de Abastecimento de Aeronaves - PAA**, com aprox. 500 m<sup>2</sup>;

**1.2.1.6. Casa da administração** com aprox. 100 m<sup>2</sup>;

**1.2.1.7. Edificação destinada a Seção Contra Incêndio - SCI**, com aprox. 150 m<sup>2</sup>.

**1.2.1.8. Pista de pousos e decolagens de aeronaves** com pavimentação asfáltica (PCN - 8) que, com base no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 154 - Emenda nº 07 (ANAC, 2021b), é classificada como 3C, cabeceiras 03 (sul) e 21 (norte), contendo os Auxílios Luminosos Visuais de Aeródromo e de Aproximação, com todas suas estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais.

**1.2.1.9 – Gestão das demais áreas adjacentes à pista de pouso, de titularidade do Município, descritas no Anexo I.IA.**

**1.2.2.** Ainda compõe o objeto da presente concessão, as **providências com relação a operação das atividades aeroportuárias, contidas no item 14 do Edital e item 17 do Anexo I**, bem como a obediência às exigências dos Órgãos Reguladores.

**1.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei nº 8.666/1993 GF, Lei Municipal nº 11.349/2007 PJF, ICA 63-10/2021 DECEA, ICA 66-23/2019 DECEA, Resolução nº 1.025/09 CONFEA e Lei nº 5.194/66 CONFEA, CF/88, RCAB 153 ANAC, RBAC 107 ANAC, RBAC 110 ANAC, RBAC 183 ANAC, RBAC 111 ANAC e determinações acessórias da ANAC e DECEA para o Aeródromo.

**1.4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**1.4.1.** Poderão participar da licitação todas as empresas interessadas, individualmente ou em consórcio, com atividades específicas no ramo pertinente ao OBJETO desta Concorrência, que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos. Em se tratando de consórcio cuja composição se dê também, por empresas estrangeiras, a liderança deverá ser exercida por empresa brasileira, nos termos do art. 33, 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

**1.4.2.** Não será permitida na licitação, a participação de mais de uma pessoa jurídica sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas e jurídicas

**1.4.3.** A participação nesta licitação, sem oposições, implica na integral e incondicional aceitação de todos os termos, cláusulas e condições previstas no Edital e seus Anexos.

**1.4.4.** A participação, nos termos como antes convencionado, significa que a Licitante recebeu todos os documentos necessários à sua participação no certame, e que tomou conhecimento das informações necessárias, onde serão desempenhadas as atividades do Objeto da Licitação, não se admitindo reclamações posteriores à entrega dos documentos, sob nenhuma hipótese, sob alegação de desconhecimento.

**1.4.5.** No caso de consórcio, a empresa que o liderará deverá apresentar, no seu objeto social, atividade que permita a execução do objeto da concessão.

**1.4.6.** Em se tratando de consórcio, a participação fica condicionada, além das exigências legais contidas neste Edital, ao atendimento dos requisitos previstos no subitem abaixo:

**1.4.6.1.** Apresentação de compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelas consorciadas, contendo obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

**I.** Denominação do consórcio;

**II.** Composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;

**III.** Organização do consórcio;

**IV.** Objetivo do consórcio;

**V.** Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Poder Concedente;

**VI.** Compromissos e obrigações de cada uma das consorciadas, em relação ao objeto da presente Concorrência;

**VII.** Indicação da opção da organização que será constituída, para assinatura do contrato, em caso de lhe ser adjudicado o objeto do certame;

**VIII.** Vigência do consórcio, de no mínimo, 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato de Concessão

**1.4.7.** As empresas integrantes responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na da execução do contrato.

**1.4.8.** O consórcio não terá sua composição ou constituição alterada ou de qualquer forma modificada sem a prévia anuência do Poder Concedente, enquanto vigorar o contrato.

**1.4.9.** O consórcio não se constitui nem se constituirá em pessoa jurídica distinta das empresas consorciadas, devendo qualquer alteração do contrato social, ser submetido ao conhecimento prévio do Poder Concedente, seguindo as disposições do Termo de Contrato de Concessão.

**1.4.10.** A empresa líder do consórcio será a responsável, perante o Poder Concedente, pelo integral cumprimento do Contrato de Concessão, sem prejuízo da responsabilidade solidária da outra empresa componente do consórcio.

**1.4.11.** Cada uma das empresas, individualmente ou em consórcio, somente poderá participar deste certame com uma única proposta. No caso de apresentação de mais de uma proposta pela mesma empresa ou pelo consórcio de empresas, as proponentes envolvidas serão excluídas do certame.

## **1.5. DO CREDENCIAMENTO**

**1.5.1.** Os proponentes ou seus representantes legais deverão apresentar-se para credenciamento junto ao Presidente e/ou membros da comissão licitante, munidos de documentos que os credenciem a participar deste procedimento licitatório, identificando-se com a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, conforme *Anexo II*.

**1.5.2.** O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para assinar, contratos, firmar compromissos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente em ambos os casos, **deverá apresentar cópia do Estatuto ou Contrato Social**, no qual estejam expressos seus poderes.

**1.5.3.** A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta. Também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

**1.5.4.** Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

## **2. DA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS**

**2.1.** A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração de sua proposta. O Município não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento e do resultado do processo licitatório.

**2.2.** A proponente deverá entregar à comissão licitante, órgão colegiado decisório, no local, na data e na hora fixadas neste Edital, através de representante legal da empresa ou representante constituído através de carta-credencial, a documentação de habilitação e propostas técnica e de preço.

**2.3.** A documentação e a proposta deverão ser entregues em 3 (três) envelopes fechados, contendo o primeiro a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, o segundo a **PROPOSTA TÉCNICA** e o terceiro a **PROPOSTA DE PREÇOS**, com as seguintes inscrições na parte frontal de cada um deles:

**ENVELOPE 01 -        DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU**  
**RAZÃO SOCIAL:**  
**CNPJ:**

**ENVELOPE 02 – PROPOSTA TÉCNICA**  
**CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU**  
**RAZÃO SOCIAL:**  
**CNPJ:**

**ENVELOPE 03 – PROPOSTA DE PREÇOS**  
**CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU**  
**RAZÃO SOCIAL:**  
**CNPJ:**

**2.4.** É obrigatória a assinatura do representante legal da licitante nos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA** e na **PROPOSTA DE PREÇOS**.

**2.5.** A entrega dos 03 (três) invólucros (Habilitação, Proposta Técnica e de Preço) deverá, **preferencialmente**, ser pessoal mediante entrega pelo representante legal credenciado do proponente.

**2.5.1.** Serão aceitos os envelopes contendo as propostas comerciais e documentação de habilitação enviados através dos correios para o endereço situado à Av. Brasil, 2001/6º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36060-010 - Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM. No entanto, a subsecretaria não se responsabiliza por eventuais atrasos na entrega dos envelopes por parte dos correios e nem diante de seu extravio, devendo os mesmos serem recebidos na subsecretaria até a data e horário definidos neste edital para abertura e sessão pública destinada aos recebimentos dos mencionados envelopes.

**2.6.** Após o horário estabelecido neste Edital, nenhuma proposta ou documento será recebido.

**2.7.** Os licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando-se duplicidade e a inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.

**2.8.** No horário fixado no preâmbulo deste Edital, na sala de licitações do endereço acima mencionado, após o recebimento dos envelopes, a comissão encarregada da licitação dará início à abertura dos mesmos.

### **3. DA HABILITAÇÃO**

**3.1.** Para habilitação, deverá a sociedade empresária apresentar, no envelope “01” – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, **em 2 (duas) vias**, sendo uma via em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer à comissão licitante os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados e **outra via** entregue em CD ou DVD não regravável.

**3.1.2.** A autenticação de documentos referida na cláusula acima poderá ser realizada por servidor da unidade que realiza a licitação, devendo o interessado comparecer portando os originais e solicitar a autenticação com, **preferencialmente**, no mínimo **uma hora antes** do início da sessão de abertura da licitação estabelecida no Aviso.

**3.1.3.** Não serão aceitos protocolos, nem documentos com prazo de validade vencido.

**3.1.4.** Os documentos deverão ser apresentados, **preferencialmente**, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

**3.1.5.** Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de **90 (noventa)** dias corridos contados a partir da data de expedição, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado(s) de Capacidade Técnica.

#### **3.2. Documentos relativos à Habilitação Jurídica:**

**3.2.1.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**3.2.2.** Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;

**3.2.3.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**3.2.4.** Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme *Anexo III*.

**3.2.5.** Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme *Anexo IV*.

**3.2.6.** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme *Anexo V*.

**3.2.7.** No caso de participação em consórcio, as empresas deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida nos itens acima para os Licitantes isolados. Deverão apresentar, ainda:

**3.2.7.1.** Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados contendo obrigatoriamente as seguintes cláusulas:

- a) Denominação do consórcio;
- b) Composição do consórcio indicando o percentual de participação de cada empresa consorciada;
- c) Organização do consórcio;
- d) Objetivo do consórcio;
- e) Indicação da empresa líder que representará o consórcio perante o Poder Concedente;
- f) Compromissos e obrigações de cada uma das consorciadas, em relação ao objeto da presente Concorrência;
- g) Indicação da opção da organização que será constituída, para assinatura do contrato, em caso de lhe ser adjudicado o objeto do certame;
- h) Previsão de registro na Junta Comercial do Termo de Constituição do Consórcio, obedecendo às condições previamente estipuladas nos termos de compromisso apresentados no processo licitatório;
- i) Vigência do consórcio, de no mínimo, 05 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do contrato de Concessão.

**3.2.7.2.** Declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato.

### **3.3. Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**3.3.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**3.3.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**3.3.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**3.3.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

**3.3.4.1.** Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

**3.3.4.2.** Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

**3.3.4.2.1.** Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

**3.3.5.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**3.3.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**3.3.5.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo *VII*.

**3.3.6.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo *VII*.

**3.3.7.** Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**3.3.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**3.3.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **3.4. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**3.4.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**3.4.1.1.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**3.4.1.2.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**3.4.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**3.4.1.4.** Os documentos relativos ao subitem **3.4.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**3.4.2.** A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante o indicador abaixo calculado pela seguinte fórmula:

**Índice de Solvência Geral (SG)** expressado da forma seguinte:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

SG ..... maior ou igual a 1(um)

**3.4.2.1.** O item **3.4.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**3.4.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**3.4.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de autorização expedida pelo Poder Judiciário de que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

**3.4.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

**3.4.4.** No caso de consórcio, as empresas deverão apresentar, individualmente, toda a documentação exigida para as Licitantes isoladas.

### **3.5. Documentos relativos à qualificação técnica:**

**3.5.1.** Para efeito de qualificação técnica, em atendimento ao Artigo 30º, da Lei nº 8.666, de 21 jun. 1993, Lei nº. 8987/1995, e Artigo 6º, alínea “o” do Artigo 34º e Capítulo I e II do Título III, da Lei 5.194, de 24 dez. 1966, os seguintes documentos devem ser apresentados pela licitante individual ou, no caso de CONSÓRCIO, por pelo menos um de seus integrantes, visando o atendimento às exigências das normas vigentes nas Instruções, Manuais e Diretrizes do DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) e Regulamentos e Instruções da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) que norteiam as atividades de manutenção, observando as recomendações técnicas da ABNT (Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e em atendimento às exigências do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

**3.5.1.1.** Registro da Pessoa Jurídica e da(s) Pessoa(s) Física(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de origem da licitante.

**3.5.1.2.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características às atividades do OBJETO da presente LICITAÇÃO, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o LICITANTE tenha MANTIDO e/ou EXPLORADO empreendimento de uso público ou privado, destinado às atividades iguais ou semelhantes ao OBJETO, cumulativamente com a apresentação dos documentos vinculadores do(s) profissional(is) responsável(is) a executarem as atividades do OBJETO.

**3.5.1.3.** Comprovação de Responsabilidade Técnica (RT) do(s) profissional(is) responsável(is) a executarem as atividades do OBJETO, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de origem da licitante.

**3.5.1.4.** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**3.5.1.4.1.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**3.5.1.4.2.** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**3.5.1.4.3.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

**3.5.1.4.4.** Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

**3.5.2.** Certificado de Habilitação Técnica (CHT) do(s) Responsável(is) Técnico(s) (RT) como Técnicos Supervisores, conforme estabelecido na ICA 66-23/2019, emitidos através de Órgãos Regionais do DECEA, devido a necessidade de se manter a operacionalidade de todas as edificações do Sítio Aeroportuário e, principalmente, às características e especificidades técnicas das edificações e estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais.

**3.5.3.** Não serão considerados quaisquer atestados por empresas controladas ou controladoras, ligadas às Licitantes ou às empresas que integrem o consórcio Licitante.

**3.6.** A documentação exigida para atender ao disposto nos itens **3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 3.3.1 a 3.3.6 e 3.4.3**, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo **CAGEL** - Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora -, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**3.6.** Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

**3.6.1.** se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

**3.6.2.** se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

**3.6.3.** se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

**3.6.4.** serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

**3.6.5.** o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

#### **4. PROPOSTA TÉCNICA**

**4.1.** A proposta técnica deverá ser apresentada em **duas vias**, sendo **uma via impressa** com os documentos que a acompanharem apresentados em original, digitados apenas no anverso, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, rubricados, datados e assinados pelo representante legal da licitante, ou por seu mandatário, sendo necessária, nessa última hipótese, a juntada da procuração que contemple expressamente este poder, podendo, ainda, serem apresentados em cópias autenticadas ou cópia simples acompanhada do original, para que possa ser autenticados por servidor da STDA/SSLICOM e **outra via** entregue em CD ou DVD não regravável. Ambas as vias serão compostas pelos seguintes Projetos com as diretrizes indicadas abaixo pela **Secretaria de Mobilidade Urbana**, da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG:

4.1.1 - Estimativa fundamentada em estudos de mercado das atividades a serem desenvolvidas nos espaços comerciais do aeroporto.

4.1.2 - Estimativa fundamentada em estudos de mercado do custo dos serviços prestados para aviação comercial, locação de hangar, estacionamento, modais de conexão e uso dos espaços comerciais do aeroporto.

4.1.3 - Estimativa fundamentada em estudos de mercado dos custos dos serviços prestados para aviação comercial, locação de hangar, estacionamento, modais de conexão e espaços comerciais do aeroporto.

4.1.4 - Estimativa fundamentada em estudos de mercado e de engenharia dos investimentos adicionais voltados à prestação dos serviços de aviação comercial, locação de hangar, estacionamento, modais de conexão e espaços comerciais do aeroporto.

4.1.5 - Estimativa fundamentada em projetos de engenharia do cronograma de investimentos.

4.1.6. Estimativa de início da entrega mensal da outorga, respeitado o prazo máximo de carência de 12 (doze) meses.

**4.2.** A pontuação final da proposta técnica será dada pela média ponderada dos pontos obtidos nos itens **4.1.1 a 4.1.6**, conforme critérios de avaliação definidos no **item 6.22**.

#### **5. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**5.1.** A **Proposta de Preços** deverá ser apresentada em duas vias, sendo **uma via impressa**, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada, com folhas numeradas e devidamente assinadas por representante legal da licitante ou procurador constituído, com documentos de textos em

formato doc ou docx e planilhas em formato xls ou xlsx e **outra via** entregue em CD ou DVD não regravável. **As duas vias da proposta deverão conter:**

**5.1.1.** Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, indicando:

**5.1.1.1.** O percentual mensal incidente sobre as receitas totais mensais obtidas com as atividades desenvolvidas no aeroporto (aviação comercial, aluguel de hangar, estacionamento, taxa cobrada dos modais de conexão, espaços comerciais, dentre outras), ofertado pela licitante, **não inferior a 5%** (cinco por cento), que será pago ao Poder Concedente, conforme modelo **Anexo VI**.

**5.2.** A proposta de preços será pontuada da seguinte forma: maior percentual pontua 100; menor percentual pontua 0, com escalonamento proporcional dos percentuais intermediários, cujo peso para critérios de classificação final consta do **item 6.22**.

**5.3.** O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**.

**5.4.** Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.

**5.5.** Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

**5.6.** Não será aceita proposta que contenha rasuras e/ ou entrelinhas.

**5.7.** Todas as tarefas, ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

## **6. PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO**

**6.1.** No dia, local e hora previstos, reunir-se-ão, em ato público, a comissão permanente de licitação, órgão colegiado decisório, e os proponentes presentes. O ato público poderá ser presenciado por qualquer pessoa, porém só terão o direito de usar da palavra, rubricar, impugnar documentos, consignar ou desistir de recursos, os representantes que estiverem munidos de credencial específica para esta licitação. Desta reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual ficarão registradas todas as ocorrências.

**6.2.** No dia, local e hora marcados para a entrega dos **Envelopes 01, 02 e 03**, a comissão licitante procederá à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (envelope "01").

**6.3.** Aberto o **Envelope 01**, os documentos serão rubricados pela comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

**6.4.** Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos invólucros 01, 02 e 03, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

**6.5.** A comissão examinará os documentos e considerará habilitados os licitantes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.

**6.5.1.** Caso não seja possível analisar a **documentação de habilitação** na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo.

**6.6.** A comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados os **Envelopes 02 e 03**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

**6.7.** Concluída a fase de habilitação, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 02 – Proposta Técnica dos** licitantes habilitados.

**6.7.1.** A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 02 – Proposta Técnica** dos licitantes habilitados.

**6.8.** Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas técnicas serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.

**6.8.1.** Rubricadas as propostas técnicas, a Comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

**6.9.** Após a análise das propostas técnicas e dentro do prazo a ela concedido, a comissão:

**6.9.1.** Desclassificará, fundamentadamente, as propostas técnicas que não apresentarem qualquer um dos itens listados do **4.1.1 ao 4.1.6**.

**6.9.2.** Para efeito de julgamento, as propostas técnicas serão analisadas e comparadas entre si e serão classificadas na ordem decrescente das pontuações - Nota Técnica (NT) conforme indicado no **item 6.22** Critérios de Julgamento das Propostas.

**6.9.3.** A comissão de licitação poderá solicitar, por protocolo pela Prefeitura Ágil, esclarecimentos e informações que julgar necessários à correta avaliação das Propostas Técnicas, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01, 02 ou 03.

**6.9.4.** A Comissão Técnica de Julgamento examinará, julgará e classificará os documentos contidos nos invólucros nº 02 e elaborará relatório do julgamento técnico contendo suas conclusões, onde exporá as razões que as determinaram, detalhes, incidentes ocorridos e as providências tomadas para homologação.

**6.10.** A Comissão divulgará a relação dos proponentes classificados em ordem decrescente de pontuação, devolvendo aos desqualificados o **Envelope 03**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

**6.11.** Caso não seja possível analisar a proposta técnica na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para a divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo, com abertura de vistas e prazo para interposição de recurso.

**6.12.** Concluída a fase de proposta técnica, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 03 – Proposta de Preços** -.

**6.12.1.** A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 03 – Proposta de Preços** dos licitantes habilitados e classificados na Proposta Técnica.

**6.13.** Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas de preços serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.

**6.13.1.** Rubricadas as propostas de preços, a Comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

**6.14.** Após a análise das propostas de preços e dentro do prazo a ela concedido, a Comissão:

**6.14.1.** Atribuirá à Nota de Preço - (NP) o valor absoluto do percentual descrito na proposta.

**6.14.2.** Desclassificará a proposta de preços que:

**I.** apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital e seus Anexos, bem como as que apresentarem percentual de outorga inferior ao estabelecido neste Edital;

**II.** que, para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os demais concorrentes.

**6.15.** Em qualquer fase da licitação, poderá a Comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01, 02 ou 03.

**6.16.** A Comissão decidirá sobre a classificação final de cada licitante, classificando as propostas em ordem decrescente de acordo com o número total de pontos - Nota Final (**NF**), de acordo com os critérios estabelecidos no **item 6.22 deste Edital** – Critérios de Julgamento das Propostas.

**6.17.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

**6.18.** Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita obrigatoriamente por sorteio, que poderá ser realizado na mesma sessão ou em nova reunião, à qual será dada a devida publicidade.

**6.19.** A comissão lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

**6.20.** No local, data e hora designados, a Comissão divulgará a ordem de classificação.

**6.21.** Divulgada a ordem de classificação, a Comissão dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

**6.22. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ATRIBUIÇÃO DE NOTA FINAL:**

**6.22.1.** A estimativa das atividades, prevista no item **4.1.1** da Proposta Técnica, será pontuada da seguinte forma: maior diversificação pontua 100; menor diversificação pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários.

**6.22.2.** A estimativa da demanda, prevista no item **4.1.2** da Proposta Técnica, será pontuada da seguinte forma: maior estimativa de demanda pontua 100; menor estimativa de demanda pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários;

**6.22.3.** A estimativa do custo dos serviços, prevista no item **4.1.3** da Proposta Técnica, será pontuada da seguinte forma: menor estimativa de custo pontua 100; maior estimativa de custo pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários;

**6.22.4.** A estimativa dos investimentos adicionais voltados à prestação dos serviços de aviação comercial, prevista no item **4.1.4**, será pontuada da seguinte forma: maior estimativa de investimento pontua 100; menor estimativa de investimento 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários;

**6.22.5.** A estimativa do cronograma de investimentos, prevista no item **4.1.5**, será pontuada da seguinte forma: menor estimativa de prazo pontua 100; maior estimativa de prazo pontua 0, com escalonamento

proporcional dos valores intermediários.

**6.22.6.** A estimativa de início da entrega mensal da outorga, prevista no item **4.1.6**, será pontuada da seguinte forma: menor estimativa de prazo pontua 100; maior estimativa de prazo pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários.

**6.22.7.** A pontuação final da proposta técnica será dada pela média igualmente ponderada dos pontos obtidos nos itens **6.22.1 a 6.22.6**.

**6.22.8.** Conhecidas as Notas Técnicas (NT) e as Notas de Preços (NP) relativas aos valores de outorga ofertados pelos participantes, proceder-se-á a classificação das licitantes de acordo com a Nota Final (NF).

**6.22.9.** O valor da **Nota Final (NF)** será encontrado pela média ponderada entre o somatório da **Nota Técnica (NT)** e a **Nota de Preço (NP)**, conforme a fórmula abaixo:

$$NF = (NT + NP) / 2$$

**Onde:**

NF = Nota Final

NT = Nota Técnica

NP = Nota Preço

**6.22.10.** A classificação das licitantes far-se-á em ordem decrescente das Notas Finais, sendo declarada vencedora a Empresa que obtiver a maior Nota Final.

**6.22.11.** Havendo empate na Nota Final (NF) a escolha se dará por sorteio, conforme art. 45, §2º da Lei nº 8.666/93.

**6.23.** Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

**6.23.1.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;

**6.23.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão;

**6.23.3.** A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

**6.23.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**6.23.5.** No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **6.23.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

**6.23.6.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **6.23.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**6.23.7.** O procedimento previsto no item **6.23.6** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

**6.24.** Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo **após esse prazo expurgado**.

**6.25.** É facultado à comissão licitante no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

## **7. DOS RECURSOS**

**7.1.** Os recursos poderão ser apresentados em documento original, assinados pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído e protocolados na subsecretaria, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

**7.1.1.** Os recursos poderão ainda, ser encaminhados através do link informado abaixo, assinados digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.

**7.2.** Serão permitidos o envio de questionamento, impugnação, bem como remessa de desistência de recurso por protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

**7.3.** Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a subsecretaria remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

## **8. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**8.1.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

**8.2.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato de Concessão, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

**8.3.** Decorrido o prazo do item **8.1**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato de concessão, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

**8.3.1.** multa de 3% (três por cento) sobre o valor global estimado do contrato de concessão;

**8.3.2.** impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**8.3.3.** A multa de que trata o item **8.3.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **9. DO CONTRATO, DO PRAZO E GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**9.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/1993, observadas suas alterações posteriores, pela Lei nº. 8987/1995. pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**9.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**9.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**9.4.** O prazo da concessão será de **05 (cinco) anos** a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis, conforme previsto na Lei Municipal nº. 11.349/2007.

**9.5. Do reajuste do contrato:**

**9.5.1.** O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

**9.5.2.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

**9.6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**9.6.1.** Quando da celebração do contrato, após homologada a licitação, o Licitante Vencedor, pretenso Contratado, deverá depositar, a título de caução para garantia de execução do Contrato, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos investimentos prometidos pela ganhadora, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O prazo de validade da garantia será igual ao prazo de vigência contratual acrescido de 03 (três) meses.

**9.6.2.** O Contratado deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro (através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM), títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**9.6.3.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

**9.6.3.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**9.6.3.2.** Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**9.6.3.3.** Multas aplicadas pela Administração ao Contratado;

**9.6.3.4.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.

**9.6.4.** O valor ou o prazo de validade de garantia de execução do Contrato deverá ser aumentado na mesma proporção sempre que houver aditamentos de acréscimo de valor ou de prazo vigência contratual.

**9.6.5.** A garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento do Contratado, após atestada, pela Administração, a boa e fiel execução do contrato.

**9.6.6.** Em se tratando de Fiança Bancária ou Título da Dívida Pública ou Seguro-Garantia, o documento pertinente deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato e posteriormente encaminhado à Secretaria da Fazenda.

**9.6.7.** O Título da Dívida Pública a ser ofertado tem que ser um título atual, em circulação normal no mercado, e com possibilidade de resgate imediato.

**9.6.8.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica, em favor do Município de Juiz de Fora.

**9.6.9.** Na hipótese de a garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida a conter expressa renúncia aos benefícios referidos no Código Civil Brasileiro. O Banco fiador deverá ter estabelecimento em Juiz de Fora – MG.

**9.6.10.** Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos serviços, o Contratado deverá proceder o reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

**9.6.11.** Havendo prorrogação do prazo de vigência do contrato, formalmente admitida pela Administração, deverá o Contratado reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas no Contrato e por ele escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração, dos créditos do Contratado, enquanto não efetivar tal garantia, o valor a ela correspondente.

**9.6.12.** Os valores depositados a título de garantia quando de sua restituição ao Contratado serão corrigidos monetariamente, tendo como base o índice de correção da Caderneta de Poupança no período.

## **10. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS**

**10.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência da execução do objeto será realizada pela Secretaria de Mobilidade Urbana–SMU e da Secretaria da Fazenda – SF ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor.

**10.2.** A SMU atestará, em documento correspondente a execução do objeto nas condições estabelecidas em contrato.

**10.3.** No caso da concessão não estar de acordo com as especificações do objeto, os servidores do Município não aceitarão e lavrarão termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de sua responsabilidade.

## **11. PENALIDADES E RESCISÃO CONTRATUAL**

**11.1.** Os casos de inexecução do objeto deste instrumento, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a)** Advertência;
- b)** multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor devido de outorga mensal, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c)** multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado total anual de outorga da concessão;
- d)** suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;

e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**11.2.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**11.3.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **11.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**11.3.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **11.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**11.4.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**11.5.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**11.6.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

**11.7.** O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**11.8.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**11.9.** Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

## **12. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO**

**12.1.** A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a) Advento do Termo Contratual (prazo);
- b) Encampação, na forma da lei;
- c) Caducidade, na forma da lei, assegurando a CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa;
- d) Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e) Anulação;
- f) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, na forma da lei.

**12.2.** Extinta a concessão, retornam a **CONCEDENTE** todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão e os que venham a ser apurados quando da contratação, e a serem agregados,

nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à **CONCESSIONÁRIA**, havendo imediata assunção do objeto da concessão pela **CONCEDENTE**.

### **12.3. Sobre os bens objeto da concessão:**

#### **12.3.1. São reversíveis:**

- a) os bens repassados à **CONCESSIONÁRIA** pelo Poder Público, exceto os que tiveram o seu desfazimento realizado;
- b) o sítio aeroportuário e suas edificações, instalações, obras civis e benfeitorias nele localizadas;
- c) as máquinas, os equipamentos, os bens de informática, os aparelhos, os utensílios, os instrumentos, os veículos e os móveis;
- d) os softwares utilizados na prestação dos serviços objeto da **CONCESSÃO**. No caso de softwares de propriedade de terceiros, a **CONCESSIONÁRIA** deverá assegurar a sua plena operação e manutenção por um prazo de pelo menos 120 (cento e vinte) dias após a transferência das atividades a novo operador do AEROPORTO, resguardado o seu direito de indenização em relação aos custos incrementais; e) as licenças ambientais, os projetos de obras executadas pela **CONCESSIONÁRIA** e os manuais técnicos vigentes.

**12.3.2.** Não são reversíveis os bens e sistemas adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** utilizados exclusivamente em atividades administrativas.

**12.3.3.** Os **BENS REVERSÍVEIS** decorrentes de investimentos realizados pela **CONCESSIONÁRIA** deverão ser amortizados no prazo da **CONCESSÃO**, nos termos da regulação vigente.

**12.3.4.** O **TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E DE PERMISSÃO DE USO DE ATIVOS** servirá como inventário dos bens da **CONCESSÃO**, devendo ser atualizado pela **CONCESSIONÁRIA** e enviado ao **PODER CONCEDENTE** a cada 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

**12.3.5.** Ficam previamente autorizadas pelo **PODER CONCEDENTE** a alienação ou doação de bens móveis reversíveis inadequados ou inservíveis à **CONCESSÃO**. Tanto no caso das desapropriações por decisão do **PODER CONCEDENTE** quanto no caso daquelas por decisão da **CONCESSIONÁRIA**, as áreas desapropriadas integrarão o sítio aeroportuário, devendo retornar ao Município ao final da **CONCESSÃO**.

a) A **CONCESSIONÁRIA** deverá solicitar autorização prévia para alienação de bens móveis considerados reversíveis nos seguintes casos: risco de extinção antecipada da **CONCESSÃO**; nos últimos 02 (dois) anos da **CONCESSÃO**; ou em eventuais casos definidos em regulamentação específica.

**12.3.6.** A **CONCESSIONÁRIA** fica obrigada a manter, em estado adequado de funcionamento, conservação e segurança, até o término da **CONCESSÃO**, todos os **BENS REVERSÍVEIS**, obrigando-se a substituí-los sempre que por desgaste, avaria ou obsolescência se mostrem inadequados ou inservíveis aos fins a que se destinam.

**12.3.7.** Fica expressamente autorizada à **CONCESSIONÁRIA** a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos bens integrantes à **CONCESSÃO** e das áreas do **COMPLEXO AEROPORTUÁRIO**.

**12.3.8.** No caso de extinção antecipada da **CONCESSÃO**, os recursos auferidos pela **CONCESSIONÁRIA** em decorrência das alienações de bens repassados pelo Poder Público serão descontados do valor de eventual indenização.

**12.3.9.** Com o advento do termo do **CONTRATO DE CONCESSÃO**, reverterão ao **PODER CONCEDENTE** todos os **BENS REVERSÍVEIS**, nos termos deste **CONTRATO** e da regulamentação aplicável.

**12.3.10.** Os bens revertidos ao **PODER CONCEDENTE** deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade dos serviços que eram objeto da **CONCESSÃO**.

**12.3.11.** Em qualquer hipótese de extinção contratual antecipada, o cálculo do valor da indenização por investimentos em BENS REVERSÍVEIS não amortizados será feito com base nos valores do custo de aquisição dos BENS REVERSÍVEIS, líquidos de tributos recuperáveis e adquiridos ou formados em consonância com as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA.

**a)** A data base do cálculo da indenização será a data de assunção das operações do AEROPORTO pela CONCESSIONÁRIA.

**b)** A aplicação da amortização terá início no momento em que o bem se encontrava disponível para uso até o mês da extinção do CONTRATO.

**c)** No caso de bens indenizáveis decorrentes de contratos com PARTES RELACIONADAS, será realizada avaliação dos termos e condições dos contratos, seus aditivos e de sua execução.

**d)** Caso seja caracterizado que houve transferência de recursos em condições não equitativas de mercado, os valores acima das condições equitativas de mercado não serão considerados para indenização, sem prejuízo de outras providências cabíveis, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa para a parte controversa, de forma apartada.

**12.4.** Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o **CONCEDENTE** antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à **CONCESSIONÁRIA**.

**12.5.** A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

**12.6.** No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a **CONCESSIONÁRIA** o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**12.7.** Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pela **CONCEDENTE** durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

**12.8.** A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da **CONCEDENTE** a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições do Edital e as normas contratuais.

**12.9.** A caducidade da concessão poderá ser declarada pela **CONCEDENTE** quando:

**I.** O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços prestados;

**II.** A **CONCESSIONÁRIA** descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

**III.** A **CONCESSIONÁRIA** paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;

**IV.** A **CONCESSIONÁRIA** perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições o serviço e suas operações;

**V.** A CONCESSIONÁRIA não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da CONCEDENTE para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;

**VI.** A CONCESSIONÁRIA não atender a intimação da CONCEDENTE no sentido de regularizar o serviço;

**VII.** A CONCESSIONÁRIA for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

**12.10.** A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da CONCESSIONÁRIA em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

**12.11.** Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

**12.12.** Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato da CONCEDENTE independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

**12.13.** A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para a CONCEDENTE em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

**13.1.** Indicar os servidores pertencentes ao quadro de carreira da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora que farão a gestão e fiscalização do contrato.

**13.2.** Fornecer a documentação, inclusive às cópias solicitadas, necessária ao cumprimento do objeto do contrato em meio digital.

**13.3.** Disponibilizar, a pedido da CONCESSIONÁRIA, cópias de leis, decretos e outros documentos que possam interessar para a realização dos serviços.

**13.4.** Acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA, considerando as Obrigações, o Plano de Negócios e seus respectivos cronogramas de execução indicados no contrato.

**13.5.** Propor e autorizar os ajustes ao cronograma de execução, de forma justificada e documentada.

### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

**14.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá repassar mensalmente o percentual da outorga definido no contrato de concessão, através do pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, a ser emitido pela SMU, sempre no 5º dia útil do mês subsequente ao da arrecadação das receitas provenientes da exploração da concessão, conforme prazo de carência previsto na proposta.

**14.2.** A Concessão será executada pela Concessionária, por sua conta e risco sem qualquer aporte financeiro por parte do município de Juiz de Fora. As despesas administrativas, previsões relativas à demanda, investimentos e à receita são de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

**14.3.** Protocolar junto a Secretaria de Aviação Civil - SAC pedido de autorização de exploração do aeródromo, conforme previsto no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, **em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;**

**14.4** Realizar a atualização cadastral completa junto aos órgãos competentes ANAC e DECEA, **em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;**

**14.5.** Homologar as ampliações de pátio e taxiways do aeródromo junto a ANAC, **protocolando os projetos específicos em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;**

**14.6.** Obter a homologação das Cartas de Acordo Operacional – CAOP, junto ao Órgão Regional do DECEA responsável pela jurisdição do espaço aéreo do Aeroporto, no caso o Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II, imediatamente após a assinatura do contrato, para regularizar o estabelecimento de procedimentos para as saídas e chegadas de aeronaves no Aeroporto junto aos demais Órgãos de Controle e de Serviço de Tráfego Aéreo da região, para padronizar procedimentos de coordenação entre a RDO-JF e a Administração Aeroportuária, com o objetivo de prevenção e processamento de ocorrências de incursão em pista, em complemento aos procedimentos estabelecidos em legislação específica e para complementar e estabelecer procedimentos para a prevenção das ocorrências de incidentes e acidentes aeronáuticos no Aeroporto Municipal de Juiz de Fora (SBJF) entre a administração do aeroporto, escolas, aerodesportos e os operadores de aeronaves hangaradas para prevenção de acidentes, **protocolando em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato;**

**14.7.** Obter a autorização para funcionamento da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA “A”, na forma definida por ato normativo próprio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, **em até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato;**

**14.8.** Apresentar, nos prazos destacados, mantendo-os válidos junto aos órgãos reguladores os seguintes documentos nos prazos estabelecidos:

I. Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo – PBZPA, para operação instrumento (IFR), com Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromo, se aplicável, **protocolando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;**

II. Restabelecimentos das cartas de aproximação e saída por instrumento do aeródromo, **protocolando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;**

III. Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional – MGSO, **protocolando em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**

IV. Plano de Emergência – PLEM, **protocolando em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato**

V. Plano Básico de Zoneamento de Ruído – PZR, **protocolando em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;**

VI. Carta de Estacionamento de Aeronaves – PDC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

VII. Carta de Aeródromo – ADC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

VIII. Plano Diretor Aeroportuário – PDIR, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

IX. Plano contra Incêndio do Aeroporto – PCINC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

X. Programa de Gerenciamento de Risco da Fauna – PGRF **protocolando em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**

**14.9.** Prestar os serviços indicados de forma satisfatória aos interesses da CONCEDENTE, obedecidas todas as especificações constantes do Edital, Projeto Básico e Contrato.

**14.10.** Encaminhar a CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatório circunstanciado e atualizado da execução das obrigações.

**14.11.** Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o Termo de Contrato, sem o prévio e expresso consentimento do CONCEDENTE, ressalvado o direito de contratar técnicos e/ou especialistas, pessoas físicas ou jurídicas, para otimização dos serviços contratados e rápido alcance dos objetivos definidos na contratação.

**14.12.** Os pagamentos destas eventuais contratações serão de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sendo certo que nenhuma obrigação pecuniária, inclusive previdenciária e/ou trabalhista, ficará por conta da CONCEDENTE.

**14.13.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da exploração do objeto contratado, de forma a eximir a CONCEDENTE de quaisquer ônus e responsabilidades.

**14.14.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à CONCEDENTE ou a terceiros, inclusive por atos praticados por seus empregados ou contratados, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da CONCEDENTE.

**14.15.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal exigidas no procedimento licitatório.

**14.16.** Dispor, na assinatura do contrato, de profissionais com qualificações áreas técnicas para, além de equipe administrativa e operacional, em número suficiente para o desenvolvimento do objeto do contrato nos prazos estabelecidos e Obrigações, conforme cronogramas.

**14.17.** Respeitar integralmente, no exercício da prestação de serviços objeto da concessão, as normas gerais e específicas de direito do consumidor, especialmente o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078 de 11 de setembro de 1990)

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa a presente CONCORRÊNCIA.

**16.2.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer protocolado na Prefeitura Ágil e devidamente fundamentado, na forma da lei.

**16.3.** Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

**16.4.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a STDA/SSLICOM pelo telefone: (32) 3690-7375, ou ainda, através de protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

**16.5.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**16.6.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter: a) adiada sua abertura; b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**16.7.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela STDA/SSLICOM/PJF obedecida a legislação vigente.

**16.8. É vedada a participação:**

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;
- c) de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos do Município de Juiz de Fora, do Estado de Minas Gerais, de suas sociedades para estatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta licitação.
- d) de sociedade empresária que tenha participado da elaboração dos projetos básicos objeto deste Edital, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- e) que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora/MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

**16.9.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**16.10.** Integram este Edital os seguintes anexos:

**ANEXO I.** Projeto Básico

- ANEXO I.IA** – Matrículas da Área do Aeroporto;
- ANEXO I.IB** – Poligonal da Área do Aeroporto;
- ANEXO I.IC** – Detalhamento das Estruturas.
- ANEXO I.II** – Convênio de Delegação nº 33/2012 – SAC.
- ANEXO I.III** – Portaria nº 183/2014 – SAC.
- ANEXO I.IV** – Lei nº 11.349 de 04 de maio de 2007.
- ANEXO I.V** - Tabela de Pontuação

**ANEXO II** - Modelo de Carta Credencial para sessão pública

**ANEXO III** – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo

**ANEXO IV** - Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento do Edital

**ANEXO V** - Declaração do Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**ANEXO VI**- Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

**ANEXO VII** - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

**ANEXO VIII** - Minuta de Contrato.

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 004/2021 - SMU  
PROCESSO ELETRÔNICO nº 9.049/2021**

**ANEXO I - PROJETO BÁSICO**

**1. UNIDADE REQUISITANTE:**

Secretaria de Mobilidade Urbana, da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG.

**2. OBJETO:**

**2.1. Concessão para administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias,** conforme especificações constantes deste **Anexo I - Projeto Básico.**

**3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

**3.1. A presente concessão tem como objeto a administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias, compreendendo ainda a gestão de toda a área** contida na poligonal (**Anexo I.I B**), de propriedade do município de Juiz de Fora, com dimensão total de aproximadamente 352.451,00 m<sup>2</sup>, situado à Avenida Prefeito Melo Reis, sem número, abrangendo a gestão de:

**3.1.1. Terminal de Passageiros - TPS**, com 233 m<sup>2</sup>, contendo estrutura para cantina, banheiros acessíveis, sala de embarque, sala de desembarque, saguão principal;

**3.1.2. Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Telecomunicações Aeronáuticas - EPTA**, aprox. 150 m<sup>2</sup>;

**3.1.3. Casa de Força**, com conjunto gerador, farol luminoso rotativo, auxílio visual PAPI, balizamento de pista e iluminação de pátio, com todas suas estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais;

**3.1.4. Hangar com banheiros e sala**, com aprox. 120 m<sup>2</sup>;

**3.1.5. Posto de Abastecimento de Aeronaves - PAA**, com aprox. 500 m<sup>2</sup>;

**3.1.6. Casa da administração** com aprox. 100 m<sup>2</sup>;

**3.1.7. Edificação destinada a Seção Contra Incêndio - SCI**, com aprox. 150 m<sup>2</sup>.

**3.1.8. Pista de pousos e decolagens de aeronaves** com pavimentação asfáltica (PCN - 8) que, com base no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 154 - Emenda nº 07 (ANAC, 2021b), é classificada como 3C, cabeceiras 03 (sul) e 21 (norte), contendo os Auxílios Luminosos Visuais de Aeródromo e de Aproximação, com todas suas estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais.

**3.1.9 – Gestão das demais áreas adjacentes à pista de pouso**, de titularidade do Município, descritas no **Anexo I.IA.**

**3.2** Ainda compõe o objeto da presente concessão, as **providências com relação a operação das atividades aeroportuárias, contidas no item 17 do presente Projeto Básico**, bem como a obediência às exigências dos Órgãos Reguladores.

## 4. DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

### 4.1. MODALIDADE: Concorrência

### 4.2. TIPO: Técnica e Preço

**4.3. OUTORGA:** Será vencedora a Empresa que obtiver a **MAIOR NOTA FINAL (NF)**, resultante da análise da Proposta Técnica (atendimento aos aspectos técnicos ofertados para prestação da concessão) e Financeira (Percentual de Outorga proposto ao Município).

**4.4. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei nº 8.666/1993 GF, Lei Municipal nº 11.349/2007 PJF, ICA 63-10/2021 DECEA, ICA 66-23/2019 DECEA, Resolução nº 1.025/09 CONFEA e Lei nº 5.194/66 CONFEA, CF/88, RCAB 153 ANAC, RBAC 107 ANAC, RBAC 110 ANAC, RBAC 183 ANAC, RBAC 111 ANAC e determinações acessórias da ANAC e DECEA para o Aeródromo.

**4.5. PRAZO DE CONCESSÃO: 05 (cinco) anos**, prorrogáveis, conforme previsto na Lei Municipal nº. 11.349/2007.

**4.6. PERCENTUAL MÍNIMO DE OUTORGA:** O percentual mensal incidente sobre as receitas totais mensais obtidas com as atividades desenvolvidas no aeroporto (aviação comercial, aluguel de hangar, estacionamento, taxa cobrada dos modais de conexão, espaços comerciais, dentre outras), ofertado pela licitante, **não poderá ser inferior a 5% (cinco por cento)**, que será pago ao Poder Concedente.

## 5. JUSTIFICATIVA

O Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis foi, durante a maior parte do tempo, explorado e controlado pelo poder público, por intermédio de órgãos do Governo Federal. No início, em 1961, a administração foi realizada pelo Departamento de Aeronáutica Civil - DAC, vinculado ao Ministério da Aeronáutica, posteriormente, Departamento da Aviação Civil - DAC e Comando da Aeronáutica - COMAER. Nesse período, o Governo Federal implementava diversas políticas públicas de investimentos que subsidiavam a construção e manutenção de aeroportos e a formação de pilotos civis pelos Aeroclubes.

Daquela forma, durante anos, os Aeroportos com seus equipamentos e sistemas do SISCEAB, e os Aeroclubes, se mantiveram devido às referidas políticas de investimentos, sendo encerrado em meados de 2007, o último convênio do Aeroporto com o Governo Federal por meio da INFRAERO.

Por conta deste convênio o Aeroporto se tornou um dos mais preparados e atrativos para receber as Operações da Aviação Comercial, fato comprovado pelas companhias aéreas que operaram no Aeroporto até o ano de 2014.

Em virtude de sua localização geográfica e pelos aspectos demográficos do município de Juiz de Fora e da região do entorno, mesmo com o novo modelo de concessão adotado em meados de 2007, houve um aquecimento econômico que atraiu voos da aviação comercial regional chegando ao índice de maior movimento de embarque de passageiros, cerca de 120.000 (cento e vinte mil) embarques e desembarques no ano de 2011.

Porém, devido à implantação do Aeroporto Internacional Itamar Franco, localizado em Goianá, a 45 quilômetros de Juiz de Fora, o Governo do Estado de Minas Gerais fez gestão junto àquelas companhias aéreas para que alterassem suas bases para aquele Aeroporto, encerrando suas atividades no Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis em abril de 2014.

Em 2019, findado o recente contrato de prestação de serviços com empresa privada que administrava o aeroporto à época, a Prefeitura de Juiz de Fora através da atual Secretaria de Mobilidade Urbana, a fim de cumprir o Convênio de Delegação nº 033/2012 (Anexo I.II), da SAC, e a Portaria nº 183/2014, da SAC,

que trata do Plano Geral de Outorgas para a exploração de aeródromos civis públicos (Anexo I.III), conforme links abaixo, tendo promovido um estudo preliminar sobre o modelo mais adequado àquela realidade econômica do município, e considerando o rebaixamento da categoria do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis e a extinção das Cartas de Procedimentos IFR, desativação definitiva da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), e sua transformação em Aeródromo sem Serviço de Tráfego Aéreo, entendeu por não ser viável a atração das operações da aviação comercial para voos regulares no atual Aeródromo.

Naquele contexto, as operações do Aeródromo passaram, exclusivamente, para aviação geral e, em especial, para voos de instrução e aviação executiva, além, do interesse público em dar suporte ao transporte aero médico. Assim, optou-se naquele período encaminhar procedimento licitatório apenas para a “Concessão de Direito Real de Uso” do espaço do aeroporto.

Contudo, vislumbrando o potencial do Aeroporto Francisco Álvares de Assis, inclusive já reconhecido pela ANAC, que desde 2006 afirma ser este Aeródromo vocacionado ao atendimento da demanda do setor aéreo na região da Zona da Mata, a atual gestão municipal entende pela abertura de processo licitatório para concessão para administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias, possibilitando que empresa interessadas possam elaborar e apresentar suas propostas técnicas a fim de garantir condições de operação do referido equipamento, para atração de novas atividades no âmbito da aviação geral.

A utilização do aeroporto para vôos executivos, taxi aéreo, especializados e comerciais é adequada à sua localização, permitindo acesso fácil e rápido de seus usuários à cidade de Juiz de Fora, cidade polo na Zona da Mata Mineira. Ademais, sua operação, nesse conjunto de atividades, não conflita com a vocação do Aeroporto Itamar Franco, que tem um grande potencial de se tornar um aeroporto para transporte de carga, abrigando em seu entorno unidades comerciais, financeiras e industriais, em especial conexas às atividades de aviação, dentro do conceito de aerotrópole, em articulação com a Plataforma de Bioquerosene e Derivados da Zona da Mata, programa que a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora desenvolve com um grande número de parceiros públicos e privados, nacionais e internacionais.

Acredita-se que com uma boa gestão, o aeroporto poderá ter equilíbrio econômico e prestar um serviço de suporte à aviação executiva, comercial de pequeno porte, manutenção de aeronaves e serviços especiais, além de outros investimentos. De acordo com a proposta de operação e investimentos realizados por concessionário, poderá inclusive recuperar sua categoria, ficando mais atrativo, mantendo a segurança das operações de navegação aérea e trazendo grandes benefícios à Juiz de Fora e região.

## **6. DA HABILITAÇÃO**

Para fins de análise de requisitos para habilitação, devem ser apresentados os seguintes documentos, conforme a seguir:

### **6.1. Documentos relativos à Habilitação Jurídica:**

**6.1.1.** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

**6.1.2.** Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de empresário individual;

**6.1.3.** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**6.1.4.** Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de inexistência de fato impeditivo da habilitação, conforme *Anexo III*.

**6.1.5.** Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme *Anexo IV*.

**6.1.6.** Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme *Anexo V*.

## **6.2. Documentos relativos à Qualificação Técnica:**

**6.2.1.** Para efeito de qualificação técnica, em atendimento ao Artigo 30º, da Lei nº 8.666, de 21 jun. 1993, e ao Artigo 3º da Lei Municipal nº 14.006, de 30 jan. de 2020, e Artigo 6º, alínea “o” do Artigo 34º e Capítulo I e II do Título III, da Lei 5.194, de 24 dez. 1966, os seguintes documentos devem ser apresentados pela licitante individual ou, no caso de CONSÓRCIO, por pelo menos um de seus integrantes, visando o atendimento às exigências das normas vigentes nas Instruções, Manuais e Diretrizes do DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) e Regulamentos e Instruções da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) que norteiam as atividades de manutenção, observando as recomendações técnicas da ABNT (Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas) e em atendimento às exigências do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

**6.2.1.1.** Registro da Pessoa Jurídica e da(s) Pessoa(s) Física(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de origem da licitante.

**6.2.1.2.** Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características às atividades do OBJETO da presente LICITAÇÃO, por meio da apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnico-operacional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o LICITANTE tenha MANTIDO e/ou EXPLORADO empreendimento de uso público ou privado, destinado às atividades iguais ou semelhantes ao OBJETO, cumulativamente com a apresentação dos documentos vinculadores do(s) profissional(is) responsável(is) a executarem as atividades do OBJETO.

**6.2.1.3.** Comprovação de Responsabilidade Técnica (RT) do(s) profissional(is) responsável(is) a executarem as atividades do OBJETO, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do Estado de origem da licitante.

**6.2.1.4.** A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

**6.2.1.4.1.** Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante;

**6.2.1.4.2.** Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

**6.2.1.4.3.** Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

**6.2.1.4.4.** Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional.

**6.2.5.** Certificado de Habilitação Técnica (CHT) do(s) Responsável(is) Técnico(s) (RT) como Técnicos Supervisores, conforme estabelecido na ICA 66-23/2019, emitidos através de Órgãos Regionais do DECEA, devido a necessidade de se manter a operacionalidade de todas as edificações do Sítio Aeroportuário e, principalmente, às características e especificidades técnicas das edificações e estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais.

## **6.3. Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

**6.3.1.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados monetariamente, quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou outro indicador que o venha substituir.

**6.3.1.1.** Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

**6.3.1.2.** As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

**6.3.1.3.** Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) Publicados em Diário Oficial; ou
- b) Publicados em Jornal; ou
- c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

**6.3.1.4.** Os documentos relativos ao subitem **6.3.1** deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

**6.3.2.** A capacidade Financeira da sociedade empresária será avaliada mediante o indicador abaixo calculado pela seguinte fórmula:

**Índice de Solvência Geral (SG)** expressado da forma seguinte:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

SG ..... maior ou igual a 1(um)

**6.3.2.1.** O item **6.3.2** é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

**6.3.3.** Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.

**6.3.3.1.** Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de autorização expedida pelo Poder Judiciário de que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº 8.666/93.

**6.3.3.2.** Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

#### **6.4. Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista**

**6.4.1.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**6.4.2.** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

**6.4.3.** Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

**6.4.4.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

**6.4.4.1.** Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

**6.4.4.2.** Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

**6.4.4.2.1.** Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

**6.4.5.** Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

**6.4.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

**6.4.5.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo VII**.

**6.4.6.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo VII**.

**6.4.7.** Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

**6.4.7.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

**6.4.7.2.** A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **7. ETAPAS DA LICITAÇÃO**

O Certame Licitatório será dividido em 3 (três) fases distintas, sendo todas eliminatórias. Na primeira sessão serão recolhidos os três envelopes referentes a PRIMEIRA, SEGUNDA e TERCEIRA FASES.

### **7.1. PRIMEIRA FASE - Habilitação**

**7.1.1.** Serão analisados todos os documentos da licitante exigidos no item Habilitação pela Comissão Julgadora.

**7.1.2.** A inobservância no cumprimento de qualquer um dos requisitos, em parte ou no todo, sujeitará a inabilitação da licitante na PRIMEIRA FASE.

**7.1.3.** A licitante que atender às exigências da PRIMEIRA FASE será habilitada e, automaticamente, passará para a SEGUNDA FASE.

### **7.2. SEGUNDA FASE - Proposta Técnica**

**7.2.1.** A licitante deverá apresentar na fase de proposta técnica, os seguintes:

**7.2.1.1** - Estimativa fundamentada em estudos de mercado das atividades a serem desenvolvidas nos espaços comerciais do aeroporto.

**7.2.1.2** - Estimativa fundamentada em estudos de mercado da demanda para os serviços de aviação comercial, locação de hangar, estacionamento, modais de conexão e uso dos espaços comerciais do aeroporto.

**7.2.1.3** - Estimativa fundamentada em estudos de mercado do custo dos serviços prestados para aviação comercial, locação de hangar, estacionamento, modais de conexão e uso dos espaços comerciais do aeroporto.

**7.2.1.4** - Estimativa fundamentada em estudos de mercado e de engenharia dos investimentos adicionais voltados à prestação dos serviços de aviação comercial, locação de hangar, estacionamento, modais de conexão e espaços comerciais do aeroporto.

**7.2.1.5** - Estimativa fundamentada em projetos de engenharia do cronograma de investimentos.

**7.2.1.6** - Estimativa de início da entrega mensal da outorga, respeitado o prazo máximo de carência de 12 (doze) meses.

**7.2.2.** A pontuação final da proposta técnica será dada pela média ponderada dos pontos obtidos nos itens

7.2.1.1 a 7.2.1.6, conforme os seguintes critérios de avaliação:

- a) A estimativa das atividades, prevista no item 7.2.1.1 da Proposta Técnica, será pontuada da seguinte forma: maior diversificação pontua 100; menor diversificação pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários.
- b) A estimativa da demanda, prevista no item 7.2.1.2 da Proposta Técnica, será pontuada da seguinte forma: maior estimativa de demanda pontua 100; menor estimativa de demanda pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários;
- c) A estimativa do custo dos serviços, prevista no item 7.2.1.3 da Proposta Técnica, será pontuada da seguinte forma: menor estimativa de custo pontua 100; maior estimativa de custo pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários;
- d) A estimativa dos investimentos adicionais voltados à prestação dos serviços de aviação comercial, prevista no item 7.2.1.4, será pontuada da seguinte forma: maior estimativa de investimento pontua 100; menor estimativa de investimento 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários;
- e) A estimativa do cronograma de investimentos, prevista no item 7.2.1.5, será pontuada da seguinte forma: menor estimativa de prazo pontua 100; maior estimativa de prazo pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários.
- f) A estimativa de início da entrega mensal da outorga, prevista no item 7.2.1.6, será pontuada da seguinte forma: menor estimativa de prazo pontua 100; maior estimativa de prazo pontua 0, com escalonamento proporcional dos valores intermediários.

**7.2.3.** A pontuação final da proposta técnica será dada pela média igualmente ponderada dos pontos obtidos nos itens 7.2.1.1 a 7.2.1.6.

**7.2.4.** A não apresentação de qualquer um dos itens listados 7.2.1.1 a 7.2.1.6, sujeitará a desclassificação da licitante na SEGUNDA FASE. Atendidos todos os critérios será classificada para a terceira fase.

### **7.3. TERCEIRA FASE - Proposta de Preço**

**7.3.1.** Serão abertos os envelopes das Propostas de Preço (percentual ofertado de Outorga mensal) das licitantes habilitadas e classificadas, respectivamente, na PRIMEIRA e SEGUNDA FASE.

**7.3.2.** A proposta de preços será pontuada da seguinte forma: maior percentual pontua 100; menor percentual pontua 0, com escalonamento proporcional dos percentuais intermediários.

## **8. CÁLCULO DAS NOTAS FINAIS**

**8.1.** Conhecidas as Notas Técnicas (NT) e as Notas de Preços (NP) relativas aos valores de outorga ofertados pelos participantes, proceder-se-á a classificação das licitantes de acordo com a Nota Final (NF).

**8.2.** O valor da **Nota Final (NF)** será encontrado pela média ponderada entre o somatório da **Nota Técnica (NT)** e a **Nota de Preço (NP)**, conforme a fórmula abaixo:

$$NF = (NT + NP) / 2$$

**Onde:**

NF = Nota Final

NT = Nota Técnica

NP = Nota Preço

**8.3.** A classificação das licitantes far-se-á em ordem decrescente das Notas Finais, sendo declarada vencedora a Empresa que obtiver a maior Nota Final.

**8.4.** Havendo empate na Nota Final (NF) a escolha se dará por sorteio, conforme art. 45, §2º da Lei nº 8.666/93.

## **9. PROCEDIMENTOS E JULGAMENTO**

**9.1.** No dia, local e hora previstos, reunir-se-ão, em ato público, a comissão permanente de licitação, órgão colegiado decisório, e os proponentes presentes. O ato público poderá ser presenciado por qualquer pessoa, porém só terão o direito de usar da palavra, rubricar, impugnar documentos, consignar ou desistir de recursos, os representantes que estiverem munidos de credencial específica para esta licitação. Desta reunião, lavrar-se-á Ata Circunstanciada, na qual ficarão registradas todas as ocorrências.

**9.2.** No dia, local e hora marcados para a entrega dos **Envelopes 01, 02 e 03**, a comissão licitante procederá à abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação (envelope "01").

**9.3.** Aberto o **Envelope 01**, os documentos serão rubricados pela comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

**9.4.** Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos **invólucros 01, 02 e 03**, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

**9.5.** A comissão examinará os documentos e considerará habilitados os licitantes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os sumariamente em caso contrário.

**9.5.1.** Caso não seja possível analisar a **documentação de habilitação** na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo.

**9.6.** A comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados os **Envelopes 02 e 03**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

**9.7.** Concluída a fase de habilitação, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 02 – Proposta Técnica** dos licitantes habilitados.

**9.7.1.** A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 02 – Proposta Técnica** dos licitantes habilitados.

**9.8.** Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas técnicas serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.

**9.8.1.** Rubricadas as propostas técnicas, a Comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

**9.9.** Após a análise das propostas técnicas e dentro do prazo a ela concedido, a comissão:

**9.9.1.** Desclassificará, fundamentadamente, as propostas técnicas que não apresentarem qualquer um dos itens listados do 7.2.1.1 ao 7.2.1.6.

**9.9.2.** Para efeito de julgamento, as propostas técnicas serão analisadas e comparadas entre si e serão classificadas na ordem decrescente das pontuações - Nota Técnica (NT) conforme indicado no **item 8 deste Anexo I**.

**9.9.3.** A comissão de licitação poderá solicitar, pelo protocolo da Prefeitura Ágil, esclarecimentos e informações que julgar necessários à correta avaliação das Propostas Técnicas, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01, 02 ou 03.

**9.9.4.** A Comissão Técnica de Julgamento examinará, julgará e classificará os documentos contidos nos invólucros nº 02 e elaborará relatório do julgamento técnico contendo suas conclusões, onde exporá as razões que as determinaram, detalhes, incidentes ocorridos e as providências tomadas para homologação.

**9.10.** A Comissão divulgará a relação dos proponentes classificados em ordem decrescente de pontuação, devolvendo aos desqualificados o **Envelope 03**, sem abri-lo, caso não haja interesse por parte dos participantes em interposição de recurso relativo a esta fase.

**9.11.** Caso não seja possível analisar a proposta técnica na sessão, a comissão poderá suspender os trabalhos, marcando nova data para a divulgação do resultado ou realizando a publicação do mesmo, com abertura de vistas e prazo para interposição de recurso.

**9.12.** Concluída a fase de proposta técnica, a comissão marcará nova data (a ser divulgada aos licitantes) para abertura do **Envelope 03 – Proposta de Preços** -.

**9.12.1.** A comissão procederá, então, à abertura do **Envelope 03 – Proposta de Preços** dos licitantes habilitados e classificados na Proposta Técnica.

**9.13.** Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas de preços serão rubricadas por todos os representantes credenciados dos licitantes presentes ao ato e pela comissão.

**9.13.1.** Rubricadas as propostas de preços, a Comissão lavrará ata de todo o ocorrido.

**9.14.** Após a análise das propostas de preços e dentro do prazo a ela concedido, a Comissão:

**9.14.1.** Atribuirá à Nota de Preço - (NP) o valor absoluto do percentual descrito na proposta.

**9.14.2.** Desclassificará a proposta de preços que:

**I.** apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital e seus Anexos, bem como as que apresentarem percentual de outorga inferior ao estabelecido neste Edital;

**II.** que, para a sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os demais concorrentes.

**9.15.** Em qualquer fase da licitação, poderá a Comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos invólucros 01, 02 ou 03.

**9.16.** A Comissão decidirá sobre a classificação final de cada licitante, classificando as propostas em ordem decrescente de acordo com o número total de pontos - Nota Final (NF), de acordo com os critérios estabelecidos no **item 8 deste Anexo I**.

**9.17.** Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, prazos de execução, forma de pagamento ou outra condição que importe em modificação dos termos originais.

**9.18.** Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita obrigatoriamente por sorteio, que poderá ser realizado na mesma sessão ou em nova reunião, à qual será dada a devida publicidade.

**9.19.** A comissão lavrará relatório dos trabalhos, apontando os fundamentos das desclassificações e da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

**9.20.** No local, data e hora designados, a Comissão divulgará a ordem de classificação.

**9.21.** Divulgada a ordem de classificação, a Comissão dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

**9.22.** Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, sendo **após esse prazo expurgado**.

**9.23.** É facultado à comissão licitante no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

**9.24.** Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

**9.24.1.** Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à melhor proposta classificada;

**9.24.2.** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada terá oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, sob pena de preclusão;

**9.24.3.** A nova proposta de preços mencionada no subitem anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (ME ou EPP);

**9.24.4.** Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.24.5.** No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem **9.24.2**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

**9.24.6.** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem **9.24.2**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**9.24.7.** O procedimento previsto no item **9.24.2** somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** Os recursos poderão ser apresentados em documento original, assinados pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído e protocolados na subsecretaria, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

**10.1.1.** Os recursos poderão ainda, ser encaminhados através do link informado abaixo, assinados digitalmente pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído.

**10.2.** Serão permitidos o envio de questionamento, impugnação, bem como remessa de desistência de recurso por protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

**10.3.** Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a subsecretaria remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

**11.1.** A autoridade competente homologará o resultado da licitação e adjudicará o objeto licitado ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato de Concessão dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

**11.2.** A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato de Concessão, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

**11.3.** Decorrido o prazo do item **11.1**, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato de concessão, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

**11.3.1.** multa de 3% (três por cento) sobre o valor global estimado do contrato de concessão;

**11.3.2.** impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

**11.3.3.** A multa de que trata o item **11.3.1** deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

## **12. DO CONTRATO E DO PRAZO**

**12.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**12.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**12.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**12.4.** O prazo da concessão será de **05 (cinco) anos** a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis, conforme previsto na Lei Municipal nº. 11.349/2007.

### **12.5. Do reajuste do contrato:**

**12.5.1.** O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

**12.5.2.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

### **13. PENALIDADES E RESCISÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Os casos de inexecução do objeto deste instrumento, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) Advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor devido de outorga mensal, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado total anual de outorga da concessão;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**13.2.** Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**13.3.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **13.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**13.3.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **13.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**13.4.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**13.5.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**13.6.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresse aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

**13.7.** O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**13.8.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

**13.9.** Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

## **14. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO**

**14.1.** A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a) Advento do Termo Contratual (prazo);
- b) Encampação, na forma da lei;
- c) Caducidade, na forma da lei, assegurando a CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa;
- d) Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e) Anulação
- f) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, na forma da lei.

**14.2.** Extinta a concessão, retornam a **CONCEDENTE** todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão e os que venham a ser apurados quando da contratação, e a serem agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à **CONCESSIONÁRIA**, havendo imediata assunção do objeto da concessão pela **CONCEDENTE**.

**14.3.** Sobre os bens objeto da concessão:

**14.3.1** São reversíveis:

- a) os bens repassados à CONCESSIONÁRIA pelo Poder Público, exceto os que tiveram o seu desfazimento realizado;
- b) o sítio aeroportuário e suas edificações, instalações, obras civis e benfeitorias nele localizadas;
- c) as máquinas, os equipamentos, os bens de informática, os aparelhos, os utensílios, os instrumentos, os veículos e os móveis;
- d) os softwares utilizados na prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO. No caso de softwares de propriedade de terceiros, a CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a sua plena operação e manutenção por um prazo de pelo menos 120 (cento e vinte) dias após a transferência das atividades a novo operador do AEROPORTO, resguardado o seu direito de indenização em relação aos custos incrementais; e) as licenças ambientais, os projetos de obras executadas pela CONCESSIONÁRIA e os manuais técnicos vigentes.

**14.3.2.** Não são reversíveis os bens e sistemas adquiridos pela CONCESSIONÁRIA utilizados exclusivamente em atividades administrativas.

**14.3.3.** Os BENS REVERSÍVEIS decorrentes de investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser amortizados no prazo da CONCESSÃO, nos termos da regulação vigente.

**14.3.4.** O TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E DE PERMISSÃO DE USO DE ATIVOS servirá como inventário dos bens da CONCESSÃO, devendo ser atualizado pela CONCESSIONÁRIA e enviado ao PODER CONCEDENTE a cada 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

**14.3.5.** Ficam previamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE a alienação ou doação de bens móveis reversíveis inadequados ou inservíveis à CONCESSÃO. Tanto no caso das desapropriações por

decisão do PODER CONCEDENTE quanto no caso daquelas por decisão da CONCESSIONÁRIA, as áreas desapropriadas integrarão o sítio aeroportuário, devendo retornar ao Município ao final da CONCESSÃO.

a) A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar autorização prévia para alienação de bens móveis considerados reversíveis nos seguintes casos: risco de extinção antecipada da CONCESSÃO; nos últimos 02 (dois) anos da CONCESSÃO; ou em eventuais casos definidos em regulamentação específica.

**14.3.6.** A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a manter, em estado adequado de funcionamento, conservação e segurança, até o término da CONCESSÃO, todos os BENS REVERSÍVEIS, obrigando-se a substituí-los sempre que por desgaste, avaria ou obsolescência se mostrem inadequados ou inservíveis aos fins a que se destinam.

**14.3.7.** Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos bens integrantes à CONCESSÃO e das áreas do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.

**14.3.8.** No caso de extinção antecipada da CONCESSÃO, os recursos auferidos pela CONCESSIONÁRIA em decorrência das alienações de bens repassados pelo Poder Público serão descontados do valor de eventual indenização.

**14.3.9.** Com o advento do termo do CONTRATO DE CONCESSÃO, reverterão ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, nos termos deste CONTRATO e da regulamentação aplicável.

**14.3.10.** Os bens revertidos ao PODER CONCEDENTE deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade dos serviços que eram objeto da CONCESSÃO.

**14.3.11.** Em qualquer hipótese de extinção contratual antecipada, o cálculo do valor da indenização por investimentos em BENS REVERSÍVEIS não amortizados será feito com base nos valores do custo de aquisição dos BENS REVERSÍVEIS, líquidos de tributos recuperáveis e adquiridos ou formados em consonância com as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA.

a) A data base do cálculo da indenização será a data de assunção das operações do AEROPORTO pela CONCESSIONÁRIA.

b) A aplicação da amortização terá início no momento em que o bem se encontrava disponível para uso até o mês da extinção do CONTRATO.

c) No caso de bens indenizáveis decorrentes de contratos com PARTES RELACIONADAS, será realizada avaliação dos termos e condições dos contratos, seus aditivos e de sua execução.

d) Caso seja caracterizado que houve transferência de recursos em condições não equitativas de mercado, os valores acima das condições equitativas de mercado não serão considerados para indenização, sem prejuízo de outras providências cabíveis, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa para a parte controversa, de forma apartada.

**14.4.** Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o **CONCEDENTE** antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à **CONCESSIONÁRIA**.

**14.5.** A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

**14.6.** No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a **CONCESSIONÁRIA** o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de

Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**14.7.** Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pela **CONCEDENTE** durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

**14.8.** A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da **CONCEDENTE** a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições do Edital e as normas contratuais.

**14.9.** A caducidade da concessão poderá ser declarada pela **CONCEDENTE** quando:

**I.** O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços prestados;

**II.** A **CONCESSIONÁRIA** descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

**III.** A **CONCESSIONÁRIA** paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;

**IV.** A **CONCESSIONÁRIA** perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições o serviço e suas operações;

**V.** A **CONCESSIONÁRIA** não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da **CONCEDENTE** para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;

**VI.** A **CONCESSIONÁRIA** não atender a intimação da **CONCEDENTE** no sentido de regularizar o serviço;

**VII.** A **CONCESSIONÁRIA** for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

**14.10.** A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

**14.11.** Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva **CONCESSIONÁRIA**, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

**14.12.** Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato da **CONCEDENTE** independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

**14.13.** A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para a **CONCEDENTE** em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**.

## **15. DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência da execução do objeto será realizada pela Secretaria de Mobilidade Urbana–SMU e a Secretaria da Fazenda - SF ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor.

**15.2.** A SMU e a SF atestarão em documento correspondente a execução do objeto as condições estabelecidas em contrato.

**15.3.** No caso da concessão não estar de acordo com as especificações do objeto, os servidores do Município não aceitarão e lavrarão o termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade deles.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

**16.1.** Indicar os servidores pertencentes ao quadro de carreira da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora que farão a gestão e fiscalização do contrato.

**16.2.** Fornecer a documentação, inclusive às cópias solicitadas, necessária ao cumprimento do objeto do contrato em meio digital.

**16.3.** Disponibilizar, a pedido da CONCESSIONÁRIA, cópias de leis, decretos e outros documentos que possam interessar para a realização dos serviços.

**16.4.** Acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA, considerando as Obrigações, o Plano de Negócios e seus respectivos cronogramas de execução indicados no contrato.

**16.5.** Propor e autorizar os ajustes ao cronograma de execução, de forma justificada e documentada.

## **17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

**17.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá repassar mensalmente o percentual da outorga definido no contrato de concessão, através do pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, a ser emitido pela SMU, sempre no 5º dia útil do mês subsequente ao da arrecadação das receitas provenientes da exploração da concessão, conforme prazo de carência previsto na proposta.

**17.2.** A Concessão será executada pela Concessionária, por sua conta e risco sem qualquer aporte financeiro por parte do município de Juiz de Fora. As despesas administrativas, previsões relativas à demanda, investimentos e à receita são de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

**17.3.** Protocolar junto a Secretaria de Aviação Civil - SAC pedido de autorização de exploração do aeródromo, conforme previsto no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, **em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;**

**17.4** Realizar a atualização cadastral completa junto aos órgãos competentes ANAC e DECEA, **em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;**

**17.5.** Homologar as ampliações de pátio e taxiways do aeródromo junto a ANAC, **protocolando os projetos específicos em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;**

**17.6.** Obter a homologação das Cartas de Acordo Operacional – CAOP, junto ao Órgão Regional do DECEA responsável pela jurisdição do espaço aéreo do Aeroporto, no caso o Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II, imediatamente após a assinatura do contrato, para regularizar o estabelecimento de procedimentos para as saídas e chegadas de aeronaves no Aeroporto junto aos demais Órgãos de Controle e de Serviço de Tráfego Aéreo da região, para padronizar procedimentos de coordenação entre a RDO-JF e a Administração Aeroportuária, com o objetivo de prevenção e processamento de ocorrências de incursão em pista, em complemento aos procedimentos estabelecidos em legislação específica e para complementar e estabelecer procedimentos para a prevenção

das ocorrências de incidentes e acidentes aeronáuticos no Aeroporto Municipal de Juiz de Fora (SBJF) entre a administração do aeroporto, escolas, aerodesportos e os operadores de aeronaves hangaradas para prevenção de acidentes, **protocolando em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato;**

**17.7.** Obter a autorização para funcionamento da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA “A”, na forma definida por ato normativo próprio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, **em até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato;**

**17.8.** Apresentar, nos prazos destacados, mantendo-os válidos junto aos órgãos reguladores os seguintes documentos nos prazos estabelecidos:

I. Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo – PBZPA, para operação instrumento (IFR), com Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromo, se aplicável, **protocolando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;**

II. Restabelecimentos das cartas de aproximação e saída por instrumento do aeródromo, **protocolando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;**

III. Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional – MGSO, **protocolando em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**

IV. Plano de Emergência – PLEM, **protocolando em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**

V. Plano Básico de Zoneamento de Ruído – PZR, **protocolando em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;**

VI. Carta de Estacionamento de Aeronaves – PDC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

VII. Carta de Aeródromo – ADC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

VIII. Plano Diretor Aeroportuário – PDIR, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

IX. Plano contra Incêndio do Aeroporto – PCINC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**

X. Programa de Gerenciamento de Risco da Fauna – PGRF **protocolando em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**

**17.9.** Prestar os serviços indicados de forma satisfatória aos interesses da CONCEDENTE, obedecidas todas as especificações constantes do Edital, Projeto Básico e Contrato.

**17.10.** Encaminhar a CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatório circunstanciado e atualizado da execução das obrigações.

**17.11.** Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o Termo de Contrato, sem o prévio e expresso consentimento do CONCEDENTE, ressalvado o direito de contratar técnicos e/ou especialistas, pessoas físicas ou jurídicas, para otimização dos serviços contratados e rápido alcance dos objetivos definidos na contratação.

**17.12.** Os pagamentos destas eventuais contratações serão de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sendo certo que nenhuma obrigação pecuniária, inclusive previdenciária e/ou trabalhista, ficará por conta da CONCEDENTE.

**17.13.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da exploração do objeto contratado, de forma a eximir a CONCEDENTE de quaisquer ônus e responsabilidades.

**17.14.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à CONCEDENTE ou a terceiros, inclusive por atos praticados por seus empregados ou contratados, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da CONCEDENTE.

**17.15.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal exigidas no procedimento licitatório.

**17.16.** Dispor, na assinatura do contrato, de profissionais com qualificações áreas técnicas para, além de equipe administrativa e operacional, em número suficiente para o desenvolvimento do objeto do contrato nos prazos estabelecidos e Obrigações, conforme cronogramas.

**17.17.** Respeitar integralmente, no exercício da prestação de serviços objeto da concessão, as normas gerais e específicas de direito do consumidor, especialmente o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078 de 11 de setembro de 1990)

## **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa a presente CONCORRÊNCIA.

**18.2.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer protocolado da Prefeitura Ágil e devidamente fundamentado, na forma da lei.

**18.3.** Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

**18.4.** Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a STDA/SSLICOM pelo telefone: (32) 3690-7375, ou ainda, através de protocolo do Prefeitura Ágil - link de acesso: <https://juizdefora.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=19121>.

**18.5.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**18.6.** No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

**18.7.** Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela STDA/SSLICOM/PJF obedecida a legislação vigente.

### **18.8. É vedada a participação:**

a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal;

c) de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos do Município de Juiz de Fora, do Estado de Minas Gerais, de suas sociedades para estatais, fundações ou autarquias, ou que o tenham sido nos últimos 120 (cento e vinte) dias anteriores à data desta licitação.

**d)** de sociedade empresária que tenha participado da elaboração dos projetos básicos objeto deste Edital, conforme estabelecido pelo art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

**e)** que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora/MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5546/1978);

**18.9.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**19. Integram este Projeto Básico os seguintes anexos em arquivo digital:**

**19.1.** ANEXO I.A – Matrículas da Área de Concessão;  
ANEXO I.B – Poligonal da Área de Concessão;  
ANEXO I.C – Detalhamento das Estruturas.

**19.2.** ANEXO I.II – Convênio de Delegação nº 33/2012 – SAC.

**19.3.** ANEXO I.III – Portaria nº 183/2014 – SAC.

**19.4.** ANEXO I.IV – Lei nº 11.349 de 04 de maio de 2007.

**19.5.** ANEXO I.V - Tabela de Pontuação

## CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU

### ANEXO II - MODELO DE CARTA-CREDENCIAL PARA SESSÃO PÚBLICA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s) ....., e-mail para contato ....., neste ato representada pelo (a) Sr(a) ....., portador da cédula de identidade RG ....., residente e domiciliado na ....., inscrito no CPF sob o nº ....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à ....., portador da cédula de identidade RG ....., e inscrito no CPF sob o nº ....., com o fim específico de representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, na **CONCORRÊNCIA nº 004/2021**, podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

.....  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
Outorgante (reconhecer firma)

\_\_\_\_\_  
Outorgado

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU**

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

**(Nome da empresa)**, sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., por intermédio do seu representante legal o Sr.(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.
- 5 - E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU**

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., sediada na ....., cidade de ....., estado ....., telefone(s) ....., e-mail para contato ....., neste ato representada pelo(a) Sr(a) ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no presente Edital da **CONCORRÊNCIA nº 004/2021**, assim como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

(nome da empresa), inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o Sr(a). ....., portador da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....

(local e data)

.....

Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

## CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU

### ANEXO VI - MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A sociedade (s) empresária (s), ....., com sede na Rua/Av. ...., inscrita no CNPJ sob o nº ....., e-mail ....., telefone(s) ....., abaixo assinada por seu representante legal, apresenta e submete à apreciação da comissão licitante, nossa proposta de preços relativa à licitação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificadas na sua preparação.

.....  
.....  
**Obs.: Seguir rigorosamente o Projeto Básico e Edital para a elaboração e apresentação da proposta comercial.**

Declaramos, igualmente, que em nosso preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução do objeto da concessão, inclusive as despesas com mão de obra especializada ou não, encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como todos os custos necessários para atendimento às exigências e determinações do **Edital**, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, conforme **Projeto Básico** constante da **Concorrência**, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao MUNICÍPIO.

Declaramos ainda, que:

1. Temos pleno conhecimento dos serviços a serem executados.
2. Recebemos do Município todas as informações necessárias à elaboração da nossa proposta.
3. Obrigamos-nos a aceitar o direito do Município de escolher a proposta que lhe for mais vantajosa, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, podendo ela desistir ou anular esta licitação sem que nos caiba o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação pela exclusão ou rejeição de nossa proposta, no todo ou em parte.
4. Obrigamo-nos, ainda, caso nos seja adjudicado o objeto, a assinar o contrato de concessão dentro do prazo estabelecido, a contar da data de notificação do Município, bem como atender a todas as condições prévias a sua assinatura.
5. Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a manter a nossa proposta comercial relativa à **CONCORRÊNCIA nº 004/2021**, pelo prazo de **90 (noventa) dias corridos**.

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU

**ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., por intermédio de seu representante legal Sr.(a) ....., portador do Documento de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o nº ..... DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como ..... **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

( ) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....  
(local e data)

.....  
Assinatura, qualificação e carimbo  
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

**CONCORRÊNCIA nº 004/2021 - SMU**  
**ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA E**  
.....

O ....., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº ....., com sede na ....., neste ato representado por seu ....., Sr. ...., com interveniência da Secretaria de ....., representada por seu Secretário, Sr. ...., doravante denominados **CONCEDENTES** e a sociedade empresária ..... estabelecida na rua ....., nº ....., CNPJ nº ....., pelo seu representante infra-assinado Sr. ...., CPF nº ....., RG nº ....., doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, considerando o resultado do **CONCORRÊNCIA nº 004/2021**, conforme consta do processo administrativo próprio eletrônico nº **9.049/2021**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores, demais legislação pertinente e as condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES**

**1.1.** Constitui objeto do presente termo a **Concessão para administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias**, conforme especificações constantes dos Anexos do edital da **CONCORRÊNCIA nº 004/2021**, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

**1.2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:**

A presente concessão tem como objeto a **administração, operação, manutenção e exploração comercial do Aeroporto Municipal Francisco Álvares de Assis – SBJF, que envolvem as atividades aeroportuárias, compreendendo ainda a gestão de toda a área** contida na poligonal (**Anexo I.I B**), de propriedade do município de Juiz de Fora, com dimensão total de aproximadamente 352.451,00 m², situado à Avenida Prefeito Melo Reis, sem número, abrangendo a gestão de:

**1.2.1.1. Terminal de Passageiros - TPS**, com 233 m², contendo estrutura para cantina, banheiros acessíveis, sala de embarque, sala de desembarque, saguão principal;

**1.2.1.2. Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Telecomunicações Aeronáuticas - EPTA**, aprox. 150 m²;

**1.2.1.3. Casa de Força**, com conjunto gerador, farol luminoso rotativo, auxílio visual PAPI, balizamento de pista e iluminação de pátio, com todas suas estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais;

**1.2.1.4. Hangar com banheiros e sala**, com aprox. 120 m²;

**1.2.1.5. Posto de Abastecimento de Aeronaves - PAA**, com aprox. 500 m²;

**1.2.1.6. Casa da administração** com aprox. 100 m²;

**1.2.1.7. Edificação destinada a Seção Contra Incêndio - SCI**, com aprox. 150 m².

**1.2.1.8. Pista de pousos e decolagens de aeronaves** com pavimentação asfáltica (PCN - 8) que, com base no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 154 - Emenda nº 07 (ANAC, 2021b), é classificada

como 3C, cabeceiras 03 (sul) e 21 (norte), contendo os Auxílios Luminosos Visuais de Aeródromo e de Aproximação, com todas suas estruturas metálicas que suportam outros componentes de equipamentos e sistemas operacionais.

**1.2.1.9 – Gestão das demais áreas adjacentes à pista de pouso**, de titularidade do Município, descritas no Anexo I.IA.

**1.2.2.** Ainda compõe o objeto da presente concessão, as **providências com relação a operação das atividades aeroportuárias, contidas no item 14 do Edital e item 17 do Anexo I**, bem como a obediência às exigências dos Órgãos Reguladores.

**1.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Lei nº 8.666/1993 GF, Lei Municipal nº 11.349/2007 PJF, ICA 63-10/2021 DECEA, ICA 66-23/2019 DECEA, Resolução nº 1.025/09 CONFEA e Lei nº 5.194/66 CONFEA, CF/88, RCAB 153 ANAC, RBAC 107 ANAC, RBAC 110 ANAC, RBAC 183 ANAC, RBAC 111 ANAC e determinações acessórias da ANAC e DECEA para o Aeródromo.

**1.4.** Integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital, o Projeto Básico e seus anexos e proposta apresentada pelo adjudicatário, constantes do Processo Licitatório Eletrônico nº **9.049/2021 – Concorrência nº 004/2021**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR DA OUTORGA**

**2.1.** A CONCESSIONÁRIA deverá repassar mensalmente o percentual de ..... (.....) das receitas provenientes da exploração da concessão como outorga pela concessão, através do pagamento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, a ser emitido pela SMU, sempre no 5º dia útil do mês subsequente ao da arrecadação das receitas.

**2.2.** O valor do pagamento da outorga deverá ser mensal, a partir do prazo de carência previsto na proposta e terá sua vigência durante todo o período do contrato.

**2.3.** A Concessão será executada pela Concessionária, por sua conta e risco sem qualquer aporte financeiro por parte do município de Juiz de Fora. As despesas administrativas, previsões relativas à demanda e à receita são de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

## **CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO, DO PRAZO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**3.1.** O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

**3.2.** O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

**3.3.** Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

**3.4.** O prazo da concessão será de **05 (cinco) anos** a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, prorrogáveis, conforme previsto na Lei Municipal nº. 11.349/2007.

**3.5. Do reajuste do contrato:**

**3.5.1.** O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

**3.5.2.** As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

### **3.6. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**3.6.1.** Quando da celebração do contrato a empresa deverá depositar, a título de caução para garantia de execução do Contrato, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) dos investimentos prometidos pela ganhadora, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O prazo de validade da garantia será igual ao prazo de vigência contratual acrescido de 03 (três) meses.

**3.6.2.** O Contratado deverá apresentar à Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro (através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM), títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

**3.6.3.** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

**3.6.3.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**3.6.3.2.** Prejuízos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**3.6.3.3.** Multas aplicadas pela Administração ao Contratado;

**3.6.3.4.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas, quando couber.

**3.6.4.** O valor ou o prazo de validade de garantia de execução do Contrato deverá ser aumentado na mesma proporção sempre que houver aditamentos de acréscimo de valor ou de prazo vigência contratual.

**3.6.5.** A garantia de execução do Contrato será restituída mediante requerimento do Contratado, após atestada, pela Administração, a boa e fiel execução do contrato.

**3.6.6.** Em se tratando de Fiança Bancária ou Título da Dívida Pública ou Seguro-Garantia, o documento pertinente deverá ser apresentado ao Gestor do Contrato e posteriormente encaminhado à Secretaria da Fazenda.

**3.6.7.** O Título da Dívida Pública a ser ofertado tem que ser um título atual, em circulação normal no mercado, e com possibilidade de resgate imediato.

**3.6.8.** A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica, em favor do Município de Juiz de Fora.

**3.6.9.** Na hipótese de a garantia ser prestada mediante Carta Fiança Bancária, esta deverá ser apresentada com firma reconhecida a conter expressa renúncia aos benefícios referidos no Código Civil Brasileiro. O Banco fiador deverá ter estabelecimento em Juiz de Fora – MG.

**3.6.10.** Ocorrendo aumento no valor contratual por acréscimo dos serviços, o Contratado deverá proceder o reforço da garantia inicial no mesmo percentual estabelecido.

**3.6.11.** Havendo prorrogação do prazo de vigência do contrato, formalmente admitida pela Administração, deverá o Contratado reapresentar quaisquer das modalidades de garantia previstas no Contrato e por ele escolhida, de forma a abranger o período de prorrogação, retendo a Administração, dos créditos do Contratado, enquanto não efetivar tal garantia, o valor a ela correspondente.

**3.6.12.** Os valores depositados a título de garantia quando de sua restituição ao Contratado serão corrigidos monetariamente, tendo como base o índice de correção da Caderneta de Poupança no período.

#### **CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE**

**4.1.** Indicar os servidores pertencentes ao quadro de carreira da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora que farão a gestão e fiscalização do contrato.

**4.2.** Fornecer a documentação, inclusive às cópias solicitadas, necessária ao cumprimento do objeto do contrato, preferencialmente em meio digital.

**4.3.** Disponibilizar, a pedido da CONCESSIONÁRIA, cópias de leis, decretos e outros documentos que possam interessar para a realização dos serviços.

**4.4.** Acompanhar e avaliar os trabalhos desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA, considerando as Obrigações assumidas e seus respectivos cronogramas de execução indicados no contrato.

**4.5.** Propor e autorizar os ajustes ao cronograma de execução, de forma justificada e documentada.

#### **CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

**5.1.** São obrigações da concessionária:

**a)** Protocolar junto a Secretaria de Aviação Civil - SAC pedido de autorização de exploração do aeródromo, conforme previsto no Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, **em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;**

**b)** Realizar a atualização cadastral completa junto aos órgãos competentes ANAC e DECEA, **em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato;**

**c)** Homologar as ampliações de pátio e taxiways do aeródromo junto a ANAC, **protocolando os projetos específicos em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;**

**d)** Obter a homologação das Cartas de Acordo Operacional – CAOP, junto ao Órgão Regional do DECEA responsável pela jurisdição do espaço aéreo do Aeroporto, no caso o Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II, imediatamente após a assinatura do contrato, para regularizar o estabelecimento de procedimentos para as saídas e chegadas de aeronaves no Aeroporto junto aos demais Órgãos de Controle e de Serviço de Tráfego Aéreo da região, para padronizar procedimentos de coordenação entre a RDO-JF e a Administração Aeroportuária, com o objetivo de prevenção e processamento de ocorrências de incursão em pista, em complemento aos procedimentos estabelecidos em legislação específica e para complementar e estabelecer procedimentos para a prevenção das ocorrências de incidentes e acidentes aeronáuticos no Aeroporto Municipal de Juiz de Fora (SBJF) entre a administração do aeroporto, escolas, aerodesportos e os operadores de aeronaves hangaradas para prevenção de acidentes, **protocolando em até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato;**

**e)** Obter a autorização para funcionamento da Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA “A”, na forma definida por ato normativo próprio do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA, **em até 120 (cento e vinte) dias após a assinatura do contrato;**

f) Apresentar, nos prazos destacados, mantendo-os válidos junto aos órgãos reguladores os seguintes documentos nos prazos estabelecidos:

1. Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo – PBZPA, para operação instrumento (IFR), com Plano Específico de Zona de Proteção de Aeródromo, se aplicável, **protocolando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;**
2. Restabelecimentos das cartas de aproximação e saída por instrumento do aeródromo, **protocolando em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;**
3. Manual de Gerenciamento de Segurança Operacional – MGSO, **protocolando em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**
4. Plano de Emergência – PLEM, **protocolando em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**
5. Plano Básico de Zoneamento de Ruído – PZR, **protocolando em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;**
6. Carta de Estacionamento de Aeronaves – PDC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**
7. Carta de Aeródromo – ADC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**
8. Plano Diretor Aeroportuário – PDIR, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**
9. Plano contra Incêndio do Aeroporto – PCINC, **protocolando em até 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do contrato;**
10. Programa de Gerenciamento de Risco da Fauna – PGRF **protocolando em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias após a assinatura do contrato;**

**5.2.** Prestar os serviços indicados de forma satisfatória aos interesses da CONCEDENTE, obedecidas todas as especificações constantes do Edital, Projeto Básico e Contrato.

**5.3.** Encaminhar a CONCEDENTE, sempre que solicitado, relatório circunstanciado e atualizado da execução das obrigações.

**5.4.** Não ceder ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, o Termo de Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da CONCEDENTE, ressalvado o direito de contratar técnicos e/ou especialistas, pessoas físicas ou jurídicas, para otimização dos serviços contratados e rápido alcance dos objetivos definidos na contratação.

**5.4.1.** Os pagamentos destas eventuais contratações serão de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sendo certo que nenhuma obrigação pecuniária, inclusive previdenciária e/ou trabalhista, ficará por conta da CONCEDENTE.

**5.5.** Arcar com o pagamento de todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, securitários e outros advindos da exploração do objeto contratado, de forma a eximir a CONCEDENTE de quaisquer ônus e responsabilidades.

**5.6.** Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à CONCEDENTE ou a terceiros, inclusive por atos praticados por seus empregados ou contratados, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da CONCEDENTE.

**5.7.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação, qualificação e regularidade fiscal exigidas no procedimento licitatório.

**5.8.** Dispor, na assinatura do contrato, de profissionais com qualificações áreas técnicas para, além de equipe administrativa e operacional, em número suficiente para o desenvolvimento do objeto do contrato nos prazos estabelecidos no Plano de Negócios e Obrigações, conforme cronogramas.

**5.9.** Respeitar integralmente, no exercício da prestação de serviços objeto da concessão, as normas gerais e específicas de direito do consumidor, especialmente o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal 8.078 de 11 de setembro de 1990)

## **CLÁUSULA SEXTA PENALIDADES E RESCISÃO CONTRATUAL**

**6.1.** Os casos de inexecução do objeto deste instrumento, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei nº 8.666/93, das quais destacam-se:

- a)** Advertência;
- b)** multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor devido de outorga mensal, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c)** multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado total anual de outorga da concessão;
- d)** suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e)** declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

**6.2.** Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

**6.3.** Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item **6.1**, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

**6.3.1.** Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item **6.1**, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

**6.4.** O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**6.5.** A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/93.

**6.6.** O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a)** por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b)** decretação de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c)** em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d)** por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e)** mais de 2 (duas) advertências.

**6.7.** O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**6.8.** A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA SÉTIMA DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO**

**7.1.** A presente concessão poderá ser extinta nas seguintes hipóteses:

- a)** Advento do Termo Contratual (prazo);
- b)** Encampação, na forma da lei;
- c)** Caducidade, na forma da lei, assegurando a CONCESSIONÁRIA o direito de ampla defesa;
- d)** Rescisão, no caso de descumprimento de normas contratuais;
- e)** Anulação
- f)** Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, na forma da lei.

**7.2.** Extinta a concessão, retornam a **CONCEDENTE** todos os bens reversíveis descritos e caracterizados no contrato de concessão e os que venham a ser apurados quando da contratação, e a serem agregados, nestas condições, ao longo da vigência da concessão, direitos e privilégios transferidos à **CONCESSIONÁRIA**, havendo imediata assunção do objeto da concessão pela **CONCEDENTE**.

**7.3.** Sobre os bens objeto da concessão:

**7.3.1.** São reversíveis:

- a)** os bens repassados à CONCESSIONÁRIA pelo Poder Público, exceto os que tiveram o seu desfazimento realizado;
- b)** o sítio aeroportuário e suas edificações, instalações, obras civis e benfeitorias nele localizadas;
- c)** as máquinas, os equipamentos, os bens de informática, os aparelhos, os utensílios, os instrumentos, os veículos e os móveis;
- d)** os softwares utilizados na prestação dos serviços objeto da CONCESSÃO. No caso de softwares de propriedade de terceiros, a CONCESSIONÁRIA deverá assegurar a sua plena operação e manutenção por um prazo de pelo menos 120 (cento e vinte) dias após a transferência das atividades a novo operador do AEROPORTO, resguardado o seu direito de indenização em relação aos custos incrementais;
- e)** as licenças ambientais, os projetos de obras executadas pela CONCESSIONÁRIA e os manuais técnicos vigentes.

**7.3.2.** Não são reversíveis os bens e sistemas adquiridos pela CONCESSIONÁRIA utilizados exclusivamente em atividades administrativas.

**7.3.3.** Os BENS REVERSÍVEIS decorrentes de investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser amortizados no prazo da CONCESSÃO, nos termos da regulação vigente.

**7.3.4.** O TERMO DE ACEITAÇÃO DEFINITIVA E DE PERMISSÃO DE USO DE ATIVOS servirá como inventário dos bens da CONCESSÃO, devendo ser atualizado pela CONCESSIONÁRIA e enviado ao PODER CONCEDENTE a cada 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

**7.3.5.** Ficam previamente autorizadas pelo PODER CONCEDENTE a alienação ou doação de bens móveis reversíveis inadequados ou inservíveis à CONCESSÃO. Tanto no caso das desapropriações por decisão do PODER CONCEDENTE quanto no caso daquelas por decisão da CONCESSIONÁRIA, as áreas desapropriadas integrarão o sítio aeroportuário, devendo retornar ao Município ao final da CONCESSÃO.

**a)** A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar autorização prévia para alienação de bens móveis considerados reversíveis nos seguintes casos: risco de extinção antecipada da CONCESSÃO; nos últimos 02 (dois) anos da CONCESSÃO; ou em eventuais casos definidos em regulamentação específica.

**7.3.6.** A CONCESSIONÁRIA fica obrigada a manter, em estado adequado de funcionamento, conservação e segurança, até o término da CONCESSÃO, todos os BENS REVERSÍVEIS, obrigando-se a substituí-los sempre que por desgaste, avaria ou obsolescência se mostrem inadequados ou inservíveis aos fins a que se destinam.

**7.3.7.** Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos bens integrantes à CONCESSÃO e das áreas do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.

**7.3.8.** No caso de extinção antecipada da CONCESSÃO, os recursos auferidos pela CONCESSIONÁRIA em decorrência das alienações de bens repassados pelo Poder Público serão descontados do valor de eventual indenização.

**7.3.9.** Com o advento do termo do CONTRATO DE CONCESSÃO, reverterão ao PODER CONCEDENTE todos os BENS REVERSÍVEIS, nos termos deste CONTRATO e da regulamentação aplicável.

**7.3.10.** Os bens revertidos ao PODER CONCEDENTE deverão estar em condições adequadas de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade dos serviços que eram objeto da CONCESSÃO.

**7.3.11.** Em qualquer hipótese de extinção contratual antecipada, o cálculo do valor da indenização por investimentos em BENS REVERSÍVEIS não amortizados será feito com base nos valores do custo de aquisição dos BENS REVERSÍVEIS, líquidos de tributos recuperáveis e adquiridos ou formados em consonância com as obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA.

**a)** A data base do cálculo da indenização será a data de assunção das operações do AEROPORTO pela CONCESSIONÁRIA.

**b)** A aplicação da amortização terá início no momento em que o bem se encontrava disponível para uso até o mês da extinção do CONTRATO.

**c)** No caso de bens indenizáveis decorrentes de contratos com PARTES RELACIONADAS, será realizada avaliação dos termos e condições dos contratos, seus aditivos e de sua execução.

**d)** Caso seja caracterizado que houve transferência de recursos em condições não equitativas de mercado, os valores acima das condições equitativas de mercado não serão considerados para indenização, sem prejuízo de outras providências cabíveis, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa para a parte controversa, de forma apartada.

**7.4.** Nos casos de extinção da concessão pelo advento do termo contratual ou de encampação, o **CONCEDENTE** antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que eventualmente possam ser devidas à **CONCESSIONÁRIA**.

**7.5.** A reversão no advento do termo contratual far-se-á com indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis eventualmente ainda não amortizados ou depreciados e que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do objeto da concessão.

**7.6.** No caso da reversão no advento do termo contratual, 12 (doze) meses antes do termo final previsto para a vigência da concessão será instaurado processo administrativo, no qual estará assegurado a **CONCESSIONÁRIA** o amplo direito de defesa e o contraditório, promovendo-se os levantamentos e

avaliações levando-se em consideração o último Relatório de Avaliação de Investimentos e Controle de Bens Reversíveis e demais relatórios, demonstrações e documentos apresentados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**7.7.** Considera-se encampação a retomada do objeto da concessão pela **CONCEDENTE** durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento da indenização.

**7.8.** A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério da **CONCEDENTE** a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições do Edital e as normas contratuais.

**7.9.** A caducidade da concessão poderá ser declarada pela **CONCEDENTE** quando:

**I.** O objeto da concessão estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da boa qualidade e atualidade dos serviços prestados;

**II.** A **CONCESSIONÁRIA** descumprir cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão;

**III.** A **CONCESSIONÁRIA** paralisar, injustificadamente, o objeto da concessão em qualquer de suas fases;

**IV.** A **CONCESSIONÁRIA** perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter em adequadas condições o serviço e suas operações;

**V.** A **CONCESSIONÁRIA** não cumprir as penalidades impostas por infrações nos prazos devidos ou não atender as intimações da **CONCEDENTE** para regularizar o cumprimento do contrato de concessão;

**VI.** A **CONCESSIONÁRIA** não atender a intimação da **CONCEDENTE** no sentido de regularizar o serviço;

**VII.** A **CONCESSIONÁRIA** for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais.

**7.10.** A declaração de caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação de inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa.

**7.11.** Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à respectiva **CONCESSIONÁRIA**, detalhadamente, os descumprimentos contratuais, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

**7.12.** Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato da **CONCEDENTE** independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo, se couber.

**7.13.** A declaração de caducidade não acarretará qualquer espécie de responsabilidade para a **CONCEDENTE** em relação a encargos, ônus, obrigações, ou compromissos com terceiros ou com empregados da **CONCESSIONÁRIA**.

## **CLÁUSULA OITAVA** **DA FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1.** Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência da execução do objeto serão realizados pelas Secretarias de Mobilidade Urbana– SMU e da Secretaria da Fazenda - SF ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor.

**8.2.** A SMU e a SF atestarão, em documento correspondente a execução do objeto nas condições estabelecidas em contrato.

**8.3.** No caso da concessão não estar de acordo com as especificações do objeto, o servidor do Município não aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de sua responsabilidade.

## **CLÁUSULA NONA DAS COMUNICAÇÕES E DO FORO**

**9.1.** As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por protocolo da Prefeitura Ágil.

**9.2.** As partes elegem o foro da Comarca de Juiz de Fora, como o único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam este instrumento em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas presenciais ao ato.

Prefeitura de Juiz de Fora, ..... de ..... de 20.....

**Prefeita de Juiz de Fora  
CONCEDENTE**

**Secretaria de Mobilidade Urbana  
CONCEDENTE**

**CONCESSIONÁRIA  
Rep. legal**

### **Testemunha 1**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_

### **Testemunha 2**

Ass.: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

C.I.: \_\_\_\_\_

C.P.F.: \_\_\_\_\_